



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

33ª Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Brasília/DF.
29 de Junho de 2015.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **MESTRE DE CERIMÔNIA** – Bom dia senhoras e senhores. Para que nós
2 possamos dar início a nossa 33ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
3 Recursos Hídricos, nós gostaríamos de compor a Mesa, convidando o senhor Ney
4 Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos de Ambientes Urbanos do MMA e a
5 Secretário-Executivo do Conselho para presidir a nossa sessão. Gostaríamos
6 também de convidar o Dr. Marcelo Jorge Medeiros, diretor de Recursos Hídricos
7 do MMA para também compor a Mesa. Com a palavra o senhor Secretário-
8 Executivo do CNRH, Dr. Ney Maranhão.

9
10
11 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH)** – Bom dia. Eu desejo
12 dar as boas-vindas a todos os nossos conselheiros, e como nós já estamos um
13 pouco adiantados na hora e temos uma agenda pesada, eu passo imediatamente
14 a palavra para o nosso Mestre de Cerimônia, Roberto, informar a agenda do dia, e
15 fazer a leitura dos procedimentos e ordem do dia.

16
17
18 **MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Obrigado Senhor Presidente. Quanto aos
19 procedimentos, os resultados e as discussões serão submetidos ao Plenário para
20 aprovação. Durante o processo de votação não será concedida a palavra para
21 novos pronunciamentos e nem a parte. Somente terão direito a votos os
22 conselheiros titulares, os conselheiros suplentes somente terão direito a votos se
23 os titulares estiverem ausentes. No entanto, os conselheiros suplentes sempre
24 terão direito a voz. Os conselheiros podem delegar, a seu critério, o uso da
25 palavra para manifestação em Plenário a terceiros. A cada intervenção os
26 conselheiros devem informar o seu nome completo e a entidade e órgão que
27 representam para efeitos de registro de gravação. Os escritos para fazer essas
28 informações ou intervenções deverão fazer uso da palavra por três minutos e
29 deverão ater-se exclusivamente ao assunto em discussão. Quanto à Ordem do
30 Dia, nós temos a seguinte Ordem do Dia: em primeiro lugar a abertura; 2)
31 Aprovação da ata da 32ª Reunião Ordinária; 3) Deliberação sobre proposta de
32 Resolução, que primeira proposta de Resolução estabelece prioridades do Plano
33 Nacional de Recursos Hídricos para orientar a elaboração do PPA Federal, e dos
34 PPAs dos Estados e do Distrito Federal para o período 2016, 2019, encaminhado
35 pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, CTPNRH.
36 Segunda proposta de Resolução: estabelece diretrizes gerais para definição de
37 derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos,
38 lançamento de efluentes em corpos d'água e acumulações de volumes de água de
39 pouca expressão considerados insignificantes, os quais independem de outorga
40 de direitos de uso de recursos hídricos, matéria essa que foi encaminhada pela
41 Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações
42 Reguladoras, CTPOAR. Número 4: apreciação do relatório final do Grupo de
43 Trabalho, que tratou sobre esclarecimentos sobre os planos de recursos hídricos
44 em regiões que contenham trechos de zona costeira. Essa matéria é objeto de um
45 grupo que foi criado no âmbito da CTIL, Câmara Técnica Legal Institucional,

46 durante a 22ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O
47 quinto item da pauta: apresentação de proposta de alteração da Lei 9433, de 08
48 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o
49 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e o Sistema Nacional de Gerenciamento
50 de Recursos Hídricos, por representante da Câmara dos Deputados. Item 6,
51 assuntos gerais. Item sétimo, encerramento. Com a palavra o senhor secretário.

52
53
54 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) –** Muito obrigado. Eu
55 gostaria de perguntar se há alguma solicitação de inversão ou de retirada de
56 matéria da pauta? Não havendo nenhuma manifestação, nós manteremos essa
57 pauta, mas eu gostaria de informar que eu recebi um requerimento de urgência,
58 assinado por 15 conselheiros, que trata de uma proposta de Resolução, que
59 estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança
60 pelo uso de recursos hídricos para o exercício orçamentário de 2016 e 2017. O
61 requerimento de urgência tem o seguinte teor: é dirigida à senhora Presidente do
62 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Ministra Isabela Teixeira, e diz assim:
63 senhora presidente, a Resolução do CNRH nº 70, de 19 de março de 2007,
64 estabelece que os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de
65 Bacias Hidrográficas de Rios de domínio da União, devem encaminhar o
66 formulário contido no Anexo 1º da Resolução, visando a definição das prioridades
67 de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos
68 hídricos referidos no § 1º inciso II do art. 17 da Lei 9984, de 17 de julho de 2000.
69 As informações a que se refere o Anexo 1º da Resolução CNRH nº 70, de 2007,
70 foram encaminhadas à Agência Nacional de Águas no dia 15 de abril de 2015,
71 para elaboração de relatório contendo as ações a serem priorizadas em seus
72 planos de aplicação referentes aos dois exercícios subsequentes. A mesma
73 Resolução determina que o Plenário do CNRH defina até o dia 30 de junho, por
74 meio de Resolução, as prioridades para aplicação efetiva dos recursos
75 provenientes da cobrança pelo uso da água. A Secretaria Executiva do Conselho
76 Nacional de Recursos Hídricos recebeu o referido relatório em 21 de maio de
77 2015, portanto, os conselheiros abaixo subscritos requerem os termos do art. 12
78 do Regimento Interno no CNRH urgência na apreciação pelo Plenário da minuta
79 de Resolução anexa. E eu tenho aqui a assinatura de vinte conselheiros do
80 CNRH, o que atende a exigência regimental. Portanto, eu ponho em votação o
81 requerimento de urgência, aqueles que tiverem de acordo permaneçam como
82 estão. Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão. Está bem. Então,
83 temos um voto que está contrário e o resto todos estão de acordo, portanto está
84 aprovado o requerimento de urgente por um voto contrário do Conselheiro João
85 Clímaco. Então, como também o Regimento determina, nós vamos iniciar por esse
86 requerimento de urgência pela matéria contida nesse requerimento de urgência. E
87 eu peço, então, ao Dr. Humberto, que é o Superintendente da ANA, que faça a
88 apresentação da matéria.

91 **O SR. HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES (ANA)** – Bom dia a todos. Gostaria
92 apenas de fazer um pequeno esclarecimento a respeito do porquê desse
93 processo. Nós recebemos nos prazos corretos, e motivo muito prosaico aconteceu
94 na ANA foi o fato de nós mudarmos o sistema Próton, o nosso sistema,
95 informática de sistema de informação, de processos, se vocês não sabem, a ANA
96 suspendeu totalmente o processo de documentação física e esse todos os
97 processos da ANA hoje são meio magnéticos. Nós chamamos de papel zero na
98 ANA. E houve prosaicamente uma dificuldade de se preparar as planilhas no
99 sistema Próton, e por isso atrasamos o processo. Mas eu gostaria de relatar para
100 os senhores, que dentro dos procedimentos de encaminhamento aos Conselhos
101 Estaduais e os Comitês de Bacias Federais, nós recebemos 15 respostas, de
102 todas essas que foram encaminhadas, das quais 10 foram provenientes dos
103 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, órgãos gestores e cinco comitês de
104 bacias hidrográficas dos rios de domínio da União. Os temas, de modo geral, que
105 foram indicados apresentaram num total de 36 subprogramas, eu acho que nós
106 temos ali, um total de 36 subprogramas foram selecionados 14, dos quais 13 só 6
107 tiveram seus subprogramas selecionados. Os programas que tiveram
108 subprogramas selecionados são: desenvolvimento institucional do sistema
109 integrado de gestão de recursos hídricos do Brasil, desenvolvimento e
110 implementação de instrumento de gestão de recursos hídricos, desenvolvimento
111 tecnológico, capacitação comunicação e difusão de informações em gestão
112 integrada de recursos hídricos; sexto: usos múltiplos de gestão integrada de
113 recursos hídricos; sétimo: programas setoriais voltados aos recursos hídricos; e o
114 décimo: gestão ambiental de recursos hídricos da região amazônica. Então, todo o
115 material foi encaminhado numa Nota Técnica à Secretaria Executiva do Conselho
116 com todas as tabelas, todas as planilhas, planilhas essa que foram objeto da
117 dificuldade mecânica de formatação e por isso perdemos o prazo. Então, essa é a
118 Resolução que aborda e indica as prioridades, que são essas que eu acabei de
119 relatar. E aí eu peço a consideração dos senhores. Muito obrigado.

120
121
122 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH)** – Eu vou colocar em
123 discussão a matéria, quem quiser se inscrever para fazer comentários e sugestões
124 a palavra está aberta.

125
126
127 **O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não**
128 **Governamentais)** – Bom dia a todos. Eu como sempre tenho uma atenção
129 especial às questões que estão sendo colocadas aqui no Conselho, até porque é
130 uma responsabilidade muito nossa, é muito pertinente nós representando os
131 segmentos da ONGs da Sociedade Civil, e não é de desconhecimento de todos o
132 nosso esforço para que tenhamos efetiva uma conduta de monitoramento,
133 acompanhamento das políticas relacionadas do que acontece na questão da água
134 e passa por esse Conselho. Eu estou vendo aqui, não vou entrar no mérito da
135 questão, até porque não tive tempo de ver, não recebemos isso e acho que até
136 por conta de uma questão muito seria para nós, que pelo fato de sermos um

segmento que faz parte desse Conselho, esse assunto tem sido objeto de muita atenção nossa na CTCOB. Nós passamos dois anos com uma pessoa discutindo a outra vez que foi definir critérios e prioridades, e quando chegou de um dia para outro mudou, e nós terminamos aprovando uma Resolução no outro ano a reboque de várias interrogações que não conseguimos responder e agora vem essa de repente um assunto que é de extrema importância, que nós enquanto segmento não fomos considerados dentro dessa discussão. Então, eu estou pedindo vista desse processo, porque eu não acho que não é nem o mérito, é por conta da conduta de não termos sido consultados, do nosso segmento, que tanto participa dessa discussão no Plenário do Conselho e nas Câmaras Técnicas. Se for regimentalmente impossível, porque eu acho que isso é uma desconsideração, uma falta de sensibilidade do nosso trabalho aqui nesse Conselho. Eu vou analisar o mérito e fazer o nosso posicionamento, mas o fundamento principal é que faz uma proposta de uma seriedade dessa e não consulta o nosso segmento no Conselho. E é por esse motivo que eu estou pedindo vistas.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Alguém mais quer fazer o uso da palavra? Ninguém mais quer fazer uso da palavra?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu creio que em regime de urgência não há possibilidade de pedir vistas, não é? Pelo Regimento nosso?

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Nós estivemos aqui consultando o regimento, porque essa é uma situação um pouco comum, João Clímaco, e nós estamos verificando que o seu pedido depende de uma aprovação pelo Plenário, de modo que eu tenho que consultar o Plenário sobre se ele aprova o seu pedido de vistas, se está de acordo com o seu pedido de vistas ou não.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – É o § 6º do art. 13: as matérias que estiverem sendo discutidas em regime de urgência somente poderão ser objeto de concessão de pedido de vista se o Plenário assim o decidir por maioria simples.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Então, está claro.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (ANA) – É evidente que tem uma questão, que é uma discussão que é o pedido de vistas, outra é a fundamentação do pedido de vistas. Parece-me que o procedimento de elaboração de consultas ao qual o João Clímaco se refere, ele não é feito por segmento dentro do Conselho Nacional, mesmo porque seria impossível de fazê-lo, ele segue procedimentos que são adotados regulamente que envolvem os Conselhos Estaduais, os comitês

de bacias e dentro dos Conselhos Estaduais e comitês de bacias, órgãos gestores obviamente não, a representação dos diversos segmentos lá dentro. Não é feito da maneira como o João mencionou. Então, João, só dizer assim, não é nenhum desrespeito, porque esse procedimento é procedimento do qual você participou diversas vezes quando é feita a montagem das prioridades. Então, o pedido de vistas, eu não quero entrar no mérito, nós vamos discutir aqui um pedido de vistas de um regime de urgência, normal, o outro é essa fundamentação que mesmo que seja feito o pedido de vistas, não haverá ao final de um podido de vistas, por parte do conselheiro para retomar o prazo, não haverá nenhuma contribuição adicional, porque isso trata de um procedimento que já viemos adotando há vários anos. Então, ele não terá o objetivo ao qual o João aqui se referiu. Então, essa é a minha questão de ordem.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok. Conselheiro João Clímaco.

O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não Governamentais) – Caros membros da Plenária, tem sido grande o esforço do nosso segmento nos últimos três ou quatro anos, no sentido de achar uma solução que não seja solução meio termo para que a Resolução 70 se estabeleça cumprindo o Decreto e toda a norma legal que lhe dá fundamento. O que nós entendemos que tem acontecido nos últimos três anos é que está arrumando sempre um jeito de postergar a efetivação das diretrizes da Resolução 70, e os motivos são vários, não dá para entrar aqui. A questão de pedido de vistas, que nós fizemos aqui é uma questão política mesmo, eu não tive nem informação que essa coisa ia acontecer quando estamos discutindo isso dentro de um cronograma da CTCOB, aí vem a ANA com um pacote de abril, não, de abril, de maio e de junho, me lembra aqueles pacotes antigos, e aí tem um artifício regimental que impede da Câmara se posicionar em uma coisa que estava dentro do nosso cronograma. E ainda por cima, que não é o caso, que não é uma coisa necessária, nem uma obrigação legal da ANA, nós não estamos tão carentes que digam: “amem-me, por favor, me amem”; não, nós temos um papel aqui e estamos cumprindo ele, se a ANA reconhece ou não esse papel, não é problema nosso, nós fazemos o nosso papel, só que se tivéssemos sido informados que havia essas maquinações, nós teríamos participado da maquinação, afinal de contas nós estamos aqui para isso. Aí vem um pacote assim de repente, atropela a CTCOB, atropela a nossa expectativa dentro de um contexto de participação social, é mais uma iniciativa que não corrobora os princípios que regem a política de recursos hídricos. E nós vamos agora depois de aprovado, porque esse Conselho é um Conselho corporativo, ele vai votar, o setor público vai votar obedientemente a isso, nós vamos analisar e se tiver alguma ilegalidade nós vamos conseguir tentar reverter isso, porque é impossível esse tipo de comportamento quando nós gastamos tempo, energia, manda pessoas para cá, para vir agora um pacote desses de cima para baixo como se a ANA tivesse num

estado discricionário, onde o Brasil inteiro estivesse ao redor da ANA, e a ANA no meio, não é isso. Eu lamento o encaminhamento que foi dado, eu acho que esse tipo de postura não deve acontecer no Conselho, não deveria novamente acontecer. Esse assunto é um assunto de muito debate e tentativa de resolução e mais um arranjo para ludibriar a Resolução 70. Nós vamos avaliar essa Resolução depois e se ela tiver meios de ser contestada, nós vamos contestar. É um absurdo isso.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Somente para convidar o diretor de recursos hídricos, Marcelo Medeiros, que vai fazer uma explanação sobre o que aconteceu no CTCOB.]

O SR. MARCELO MEDEIROS (DRH/MMA) – Bom dia a todos. Nas duas últimas reuniões da CTCOB, que se discutiu essa matéria, eu representei o Ministério do Meio Ambiente, e o que aconteceu? A Resolução 70 combinada com a 97, se não me engano, ela dá um procedimento como isso é feito. Então, eu vou esclarecer quando foi feito esse procedimento. Nós acordamos dentro da Câmara Técnica, João Clímaco você era representante do seu segmento na reunião que fizemos isso; e no final de dezembro foi acordado que a Secretaria Executiva mandaria ofício aos Conselhos Estaduais e aos Comitês Federais de Bacia, porque é o que diz a Resolução, nós demos um prazo de resposta, não recebemos todos os conselhos estaduais, nem de todos os comitês federais, infelizmente, mesmo insistindo nós não recebemos de todos os 27. Esse material tinha um prazo para ser enviado pela Secretaria Executiva da ANA, nós cumprimos esse prazo, e a ANA tinha um prazo para devolver esse material, ele não sofre uma ingerência da ANA, ele é uma consolidação da consulta feita aos conselhos estaduais e aos comitês federais. Então, ele não reflete o que nós entendemos dentro da Secretaria de Recursos Hídricos ou da ANA como é a prioridade, mas é a prioridade dada por esses organismos. Essa Resolução dá esse elenco de prioridades que eles escolheram, a bem da verdade, inclusive não há uma ordem hierárquica entre essas prioridades que aparecem nessa lista, e as prioridades advêm do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então, tem que desfazer esse entendimento do conselheiro, que isso não foi feito à revelia do processo, seguiu toda a Normativa e ao exemplo disso, a última Resolução foi a do período orçamentário os dois últimos para traz, você tem essa Resolução 70, se não me engano a 71 já é logo em seguida a aplicação disso, já é uma prioridade para o próximo biênio e depois teve uma a três anos, que foi a última. Então, nós seguimos a norma como ela foi escrita.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Alguém mais deseja fazer uso da palavra?

O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não Governamentais) – Eu não fui convidado para alguma reunião de batizado, de festa, nem uma reunião prosaica na ANA em algum lugar para tratar, enquanto segmento, desse assunto, porque é na CTCOB que tratamos disso e como isso já passou de uma maneira, como eu já falei, eu estou propondo que encaminhe isso para a CTCOB numa reunião urgente e resolvemos isso.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok. Então, nós temos aqui um requerimento de urgência, tivemos a manifestação do Conselheiro João Clímaco pedindo vistas do documento. O pedido de vistas está mantido, não é isso? O pedido de vistas está mantido. E o Regimento diz que precisamos votar se aceitamos esse pedido de vistas ou não. Se ninguém mais deseja fazer uso da palavra ou discutir o assunto, feitos os esclarecimentos, eu vou colocar em votação. Aqueles que estão de acordo com a proposta do João Clímaco de conceder a ele o pedido de vistas desse processo, eu peço que levantem o crachá. Apenas um voto João Clímaco. Aqueles que estão contrários a proposição do João Clímaco, por favor, levantem a mão. Ok. Obrigado. Agora aqueles que se abstém de votar. Temos duas abstenções. Então, foi aprovado. A proposta do Conselheiro João Clímaco foi rejeitada e nós vamos passar à discussão do assunto, a proposta foi rejeitada com um voto a favor, duas abstenções e os demais votos contrários à proposição do Conselheiro João Clímaco. Então, vou abrir a discussão agora do documento apresentado pela ANA. Então, você vai apresentar? Tem que ler o documento, ninguém conhece o documento, item a item, por favor.

O SR. NÃO IDENTIFICADO (ANA) – A Resolução estabelece as prioridades para aplicação de recursos provenientes da cobrança pelos usos dos recursos hídricos, referidas no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2016 e 2017. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos no uso das competências que lhe são conferidas pelas leis nº 9433, de 8 de janeiro de 1997; e 9984, de 17 de junho de 2000, tendo em vista o disposto pelo regimento interno e considerando no § 4º, inciso IV, do art. 21 da Lei 9984, de 2000, estabelece que as prioridades de aplicação dos recursos à que se refere o caput do art. 22 da Lei 9433, de 97, serão definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os respectivos comitês de bacias hidrográficas. Considerando que o art. 17 da Lei 9648, de 27 de maio de 98, que uma redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9984, de 2000, estabelece no seu inciso II § 1º que 0,75% do valor de energia produzida constituem pagamento pelo uso de recursos hídricos e serão aplicadas nos termos dos art. 22 da Lei 9433, de 1997, na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Considerando que o Plano de Aplicações dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos pagos pelas usinas hidrelétricas está vinculada à proposta orçamentária da Agência Nacional de Águas, ANA, serão

encaminhadas anualmente pelo Poder Executivo Federal ou Congresso Nacional para aprovação. Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos, seus programas e subprogramas. Considerando a Resolução CNRH nº 135, de 14 de dezembro de 2011, que aprova o documento Plano Nacional de Recursos Hídricos, PNRH, prioridade 2012, 2015, como resultado da primeira revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Considerando a importância da articulação do processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos com a definição das prioridades para aplicação de recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referido pelo inciso II do § 1º do art. 17 da Lei 9648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9984, de 2000; resolve: art. 1º: A aplicação dos recursos provenientes da cobrança de que trata o inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9648, de 1998; com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9984, de 2000, deverá priorizar para os exercícios orçamentários de 2016 e 2017 os programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos a seguir relacionados: programa dois: desenvolvimento institucional da gestão integrada de recursos hídricos no Brasil. Programa três: desenvolvimento e implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos. Quatro: desenvolvimento tecnológico, capacitação, comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos. Seis: usos múltiplos de gestão integrada de recursos hídricos. Sete: programas setoriais voltados aos recursos hídricos. E dez: gestão ambiental de recursos hídricos na região Amazônica. O § único diz que a ordem numérica da listagem dos programas não estabelece a hierarquia das prioridades, e essa Resolução entra em vigor na data da publicação. No anexo nós vemos, então, para cada programa o conjunto de subprogramas que estão estabelecidos pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos. Ok?

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok. Então, eu vou colocar em discussão essa Resolução. Aqueles que desejarem se manifestar, por favor, se apresentem. Ninguém deseja fazer uso da palavra? João Clímaco.

O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não Governamentais) – Eu soube que tem uma agenda extemporânea, extraclasse dentro desse Conselho, até porque as decisões que são tomadas aqui muitas são decididas fora daqui. Mas essa situação como não foi do nosso segmento levada ao conhecimento o encaminhamento, eu vou propor e também na CTCOB pode ser que até que alguém da CTCOB assinou isso, não duvido, mas eu vou propor que seja encaminhada a CTCOB para análise e um parecer dentro dos termos regimentais, que a conduta realmente foi muito deplorável, não estou entrando no mérito, até porque eu participei de vários itens daqueles que são parte do nosso trabalho, eu acho que algumas coisas têm que ser levadas em consideração, mas a forma como foi feita é mais uma situação autocrática tal como aconteceu uns três ou quatro anos atrás.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Bom, a matéria está superada nessa discussão. A discussão agora é sobre o conteúdo dessa matéria. Então, alguém mais deseja fazer o uso da palavra? Por favor, Wilson.

O SR. WILSON AZEVEDO FILHO (Companhia Thermas do Rio Quente) – Bom dia a todos. Meu nome é Wilson de Azevedo, eu sou representante do Segmento Usuário do Turismo. Presidente, eu pedi aqui à palavra, porque nós temos o item 3,1 da pauta que estabelece as prioridades para elaboração do PPA. E eu tenho uma preocupação de conjugação das prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança com o contexto do PPA. Aliás, essas duas matérias há muito tempo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos vem devendo, vem devendo, porque nunca encaminham, a tempo e à hora para elaboração do PPA, as prioridades das Políticas de Gestão de Águas. E também vemos devendo internamento aqui quando nós temos dificuldade de cumprir o que diz a Resolução nº 70, que é a consulta aos Conselhos Estaduais e aos Comitês de Bacias. E aí sempre estamos, vamos dizer assim, fazendo esse tipo de Resolução que resolve o nosso problema, até porque os títulos que estão aqui são muito amplos e cabem em diversos programas, quer dizer, eu acho que não tem muita coisa do que fugir do que está colocado aí, mas eu acho que temos que ter a consciência que temos que efetivamente cumprir o nosso trabalho de uma forma profissional. Esse item seguinte da pauta, eu acredito que seja o primeiro passo desde a criação do Conselho, que nós estamos dando, no sentido de cumprir efetivamente a nossa missão. Então, era só esse alerta que eu queria fazer que tudo bem, foi aprovada a Resolução e agora nós temos que verificar como que nós vamos cumprir efetivamente o disposto na Resolução 70, ou então mudar a Resolução 70.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok. Obrigado Conselheiro Wilson. Alguém mais deseja fazer o uso da palavra?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (ANA) – Eu vou aqui também, no sentido de fazer uma manifestação. Eu penso que uma das questões fundamentais que temos aqui no Conselho, não só as definições das prioridades, mas da alocação dos recursos do Sistema Nacional, eu venho falando aqui diversas vezes, então, concordo integralmente com o que foi dito. E queria aqui transmitir a vocês algumas preocupações das dificuldades que temos encontrado para que esses recursos possam ser destinados de uma maneira, vamos chamar assim, mais ampla e coerente com a arrecadação do próprio Sistema Nacional. O primeiro é com os comitês de bacias hidrográficas, nós estamos fazendo um grande esforço, primeiro que nós procuramos através de um programa, nós trouxemos aqui apresentamos trabalhar o fortalecimento dos órgãos gestores e dos Estados e, por conseguinte, também dos Conselhos Estaduais. Nós estamos fazendo um grande esforço também de pensar como apoiar os comitês de bacias hidrográficas

413 diretamente com recursos e trazer aqui um programa com essa natureza, só que
414 os comitês de bacias hidrográficas não têm personalidade jurídica capaz de
415 receber esses recursos. Então, nós estamos enfrentando dificuldades, eu queria
416 compartilhar com vocês essas preocupações, você não consegue passar direto,
417 exceto aqueles que têm agência, você não consegue repartir esses recursos com
418 os Comitês de Bacias Hidrográficas e nós estamos lá tentando montar um
419 programa, talvez através dos órgãos estaduais e dos fundos estaduais de tal
420 maneira que consigamos fazer com que esses recursos cheguem também à
421 ponta, que essa é uma das questões principais. Outra dificuldade que nós temos é
422 com relação ao setor privado, nós já tratamos disso aqui, a legislação no caso
423 federal não permite que esses recursos sejam repassados ao setor privado.
424 Então, não se trata de nenhuma ausência de políticas, ou de falta de vontade, ou
425 de uma visão mais patrimonialista de que esses recursos fiquem centrados na
426 Agência Nacional de Águas, porque nós não temos a visão de que esses recursos
427 sejam da Agência Nacional de Águas. Em relação ao setor privado, eu já relatei
428 aqui, fomos até o Ministro Aroldo Cedraz, e recebemos lá a seguinte orientação:
429 olha, se eu fosse vocês eu aplicaria o recurso, muito embora a legislação seja
430 contrária. Então, como é que nós vamos tomar uma decisão na aplicação do
431 recurso que depois ele será cobrado? Então, eu só queria manifestar, houve aqui
432 manifestação de caráter geral, de que essa preocupação nós temos e temos
433 também uma preocupação em não transformar o orçamento da Agência Nacional
434 de Águas numa questão de pulverização dos recursos, puro e simplesmente, nós
435 achamos que esse Conselho deve começar a apontar com maior clareza aonde
436 deseja aplicação desses recursos para o desenvolvimento, sem que isso se reflita
437 no futuro simplesmente na pulverização dos recursos da cobrança os pedacinhos
438 para cada um, eu já falei sobre isso também. Eu acho que se nós corremos o risco
439 de no futuro breve e nós vamos ter essa tendência constantemente em relação a
440 esses recursos de fazer a pulverização e dentro da pulverização o acesso
441 automático a recursos sem que esses recursos tenham nenhum nível de
442 prioridade, nós vamos transformar os Comitês de Bacias Hidrográficas em
443 sindicatos de água. Eu já falei aqui que essa é uma visão, em minha opinião, que
444 nós temos que permanentemente politicamente combater, muito embora ela seja
445 sempre uma visão forte dentro dos próprios Comitês de Bacia Hidrográfica,
446 particularmente daqueles Comitês de Bacias Hidrográficas que têm usinas
447 hidroelétricas que fazem parte, que são as responsáveis pela cobrança e
448 sustentação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Então, nessa linha aqui
449 de aproveitar esse espaço para discussão, eu queria dizer que nós precisaríamos
450 e a CTCOB infelizmente não conseguiu produzir uma contribuição, inclusive
451 juridicamente capaz para que possamos, de fato, ter uma democratização desses
452 recursos, que é o empenho da Diretoria da Agência Nacional de Águas do ponto
453 de vista da sua legalidade. Eu mencionei duas aqui que, por enquanto, do ponto
454 de vista legal, elas são intransponíveis e nós temos que pensar mecanismos que
455 deem a garantia de acesso a esses setores, seja o setor privado, que contribui e
456 que paga pela água nos Comitês de Bacias Hidrográficas; seja diretamente aos
457 Comitês de Bacias Hidrográficas. E do outro lado, no nosso ponto de vista,
458 também combater essa visão de que orçamento do Sistema Nacional de Recursos

Hídricos deva ser meramente pulverizado como se a pulverização fosse à determinação de prioridades por parte desse Conselho Nacional. Então, eu agradeço a oportunidade que esse momento de discussão a respeito dessas prioridades é definido. Só para concluir também, acho também que a formulação é genérica demais, e aí cabe qualquer coisa depois ao processo onde a discricionariedade da direção da Agência fica muito mais ampla do que a que nós gostaríamos. Eu queria registrar que essa é uma preocupação nossa também, mas quando muitas vezes nós somos chamados aqui no Conselho a definir prioridades, o Conselho dada a sua natureza não consegue, por exemplo, a questão dos planos de bacias hidrográficas que sejam prioritários para implementação em nível nacional. Então, esse é um processo de amadurecimento, existe uma posição da direção da Agência Nacional de Águas nessa mesma propositura de democratização desse orçamento, mas não podemos perder nunca nesse processo de democratização do orçamento uma visão nacional de priorização desses recursos para a sua aplicação.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Muito obrigado Conselheiro Vicente. Se ninguém mais deseja fazer uso da palavra, eu vou colocar à matéria em votação. A matéria entra em votação agora, aqueles que estiverem de acordo com essa proposta que está aqui, de acordo com essa Resolução, por favor, levantem os seus crachás. Obrigado. Aqueles que estão contrários a essa Resolução, por favor, levantem os seus crachás. Zero. Não existo oposição a essa Resolução. Quem se abstém em votar? Dois votos. Dois votos de abstenção. Então, a matéria está aprovada. E seguimos, então, agora com a leitura, a reunião se inicia efetivamente agora, passada por esse Requerimento de Urgência com a leitura da ata da reunião, aprovação da ata da Reunião Ordinária nos dias 13 e 16 de dezembro. Eu consulto ao Plenário se há pedidos de alteração dessa ata? Não havendo pedidos de alteração, eu declaro essa ata aprovada. Passamos ao primeiro item da ordem do dia, é o item 3.1, proposta de Resolução que estabelece as prioridades do CNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal para o período de 2016, 2019, encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Eu vou convidar a Conselheira Elisa Malafaia, conselheira titular do CNRH para relatar a matéria e apresentar a proposta. Tem a palavra a Conselheira Elisa.

A SR^a. ELISA MONTEIRO MALAFAIA (MPOG) – Bom dia presidente, Bom dia conselheiros. Meu nome é Elisa Malafaia, já fui apresentada, eu sou do Ministério do Planejamento, estou aqui em nome da Presidente da Câmara Técnica, senhora Martha Sugai, que está impossibilitada de comparecer por ótimos motivos, eu tenho que registrar, ela está no Japão cuidando da netinha japonesa dela. Eu vou aqui fazer uma apresentação mais de contextualização do que a Câmara Técnica, porque dessa proposta de Resolução e o trabalho da Câmara Técnica no último ano praticamente. Então, qual é a motivação dessa nova proposta de Resolução?

A Resolução nº 58 estabelece em seu art. 3º que a Secretaria de Recursos Hídricos em articulações com a Câmara Técnica do Plano e com o apoio da Agência Nacional de Águas deverá proceder a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos a cada 4 anos. A primeira e única revisão que nós fizemos até agora aconteceu nos anos de 2010/2011, para os conselheiros que não estavam aqui no Conselho, foi feito um amplo processo de consulta nas doze regiões hidrográficas e mais um encontro nacional para contribuir no processo de “revisão”. Na verdade, eu coloquei até entre aspas, porque não foi bem uma revisão que nós fizemos. Como o próprio plano não estava ainda todo elaborado, o nosso programa da gestão costeira não estava pronto. Então, o plano não estava completo, não fazia sentido revisarmos um plano que ainda não estava por completo elaborado. Então, o que foi feito foi um processo de consulta das prioridades do volume 4, que trata dos programas nacionais e das metas, e o resultado desse processo foi consolidado, então, na Resolução nº 135, de 2014. Então, passados os 4 anos a Secretaria de Recursos Hídricos deveria ter iniciado um processo de revisão, isso não aconteceu ainda, eu não vou entrar em detalhe sobre isso, eu vou depois mostrar um cronograma no final, mas o fato é que a revisão não aconteceu e nós precisávamos atender a Resolução nº 58 para encaminhar algum assunto para orientar a elaboração dos PPAs federal e estaduais. Então, qual foi à saída que Câmara Técnica encontrou? Simplesmente repetir as mesmas prioridades frutos da consulta de 4 anos atrás, porque nós não nos sentimos imponderado para mudar, nem para deliberar sobre as prioridades, foi um processo legítimo de ampla consulta nacional, e como nós sabemos que as prioridades ainda não estão por completo implementadas. Então, para atender a 58, nós simplesmente repetimos. Pode passar, por favor. Só para ficar claro que no PPA passado, que está se encerrando agora em 2015, foi feita essa compatibilização pela Agência Nacional de Águas e pela Secretaria de Recursos Hídricos das prioridades do plano no programa 20 e 26, que se chama Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos, isso está, inclusive, no próprio documento fruto da Resolução nº 135 das prioridades. Então, o que a Câmara Técnica tem trabalhado no último ano? Ainda nós não temos também implementado o SIGO, que é o sistema para acompanhar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, foi feito um grande esforço pela Secretaria de Recursos Hídricos e produziu um Informe sobre a implementação dessas prioridades. Eu queria pessoalmente agradecer a Adriana Lustosa, técnica da Secretaria, que com o apoio da ANA conseguiu levantar um documento bem extenso, vocês receberam todos na convocação da reunião, se chama Informe da implementação, e dá um panorama, então como se fosse um monitoramento da implementação dessas prioridades; só destacando que é no âmbito do Governo Federal, ainda não foi possível fazer essa mesma consulta aos Estados, porque é bastante complexo consultar todos os Estados e mais o Distrito Federal, então, foi centrado no Executivo. Com base nesse Informe feito pela Secretaria de Recursos Hídricos, a Câmara Técnica produziu um parecer, que vocês também receberam por e-mail, fazendo uma análise dessa implementação e fazendo recomendações. A Câmara Técnica está trabalhando e aí passando já para os encaminhamentos, o plano deve passar por uma revisão a partir agora do segundo semestre; a Câmara

Técnica está trabalhando junto com a Secretaria de Recursos Hídricos e vai continuar trabalhando, mas enquanto isso nós precisamos, como já deixei claro, atender ao prazo dos PPAs; os PPAs, tanto federal, quanto estaduais, eles devem ser encaminhados aos seus legislativos até o dia 31 de agosto deste ano de 2015. Então, por esse motivo, nós não poderíamos esperar a revisão do plano ficar pronta para fazermos essa Resolução se não perderíamos totalmente o tempo. E aí estão as 22 prioridades, como já disse, definidas no processo de consulta de 4 anos atrás. E qual foi o trabalho da Câmara Técnica? Só acrescentando. Se vocês analisarem as prioridades, vocês vão perceber que elas estão em natureza muito distintas, para ajudar a quem vai elaborar os PPAs, nós classificamos prioridades de caráter continuado, são atividades que sempre serão feitas, projetos. Então, as prioridades que têm uma data de início, uma de fim e um escopo bem definido; e as prioridades do tipo diretrizes estratégicas, porque nem todos, já explicando e dando mais detalhes, não cabe, por exemplo, tratar uma diretriz num plano plurianual, o plano plurianual tem um caráter muito operativo, até para ajudar aos Estados e ao próprio Governo Federal na elaboração dos PPAs, foi nesse sentido que classificamos, não tendo nenhuma ordem de prioridade, todos têm a mesma prioridade, só dando uma ideia do que é diretriz, o que é uma ação de caráter continuado, que, por exemplo, os órgãos gestores estaduais vão sempre implementar; e o que tem um caráter mais de projeto com uma data de início e fim bem definido, e escopo bem definido. Eu acho que não precisamos passar aqui sobre as 22 prioridades. E por fim, eu queria só mostrar aquele cronograma, por favor. Na última reunião da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos, foi acordada, então, por meio do Marcelo Medeiros, diretor de Recursos Hídricos, Secretaria e a Câmara Técnica, um cronograma de trabalho. Então, para deixar claro que a Secretaria, não estou fazendo uma defesa, mas só deixando claro que não se isentou de fazer uma revisão, será feita uma revisão do plano, nós já estamos, a Câmara Técnica já está preparando uma Resolução para tratar do Conjuntura, que é um Informe que a ANA faz todo ano, que seria a revisão de um dos volumes e na sequência trabalharíamos sobre as diretrizes do plano. Então, por fim, eu finalizo a minha apresentação aqui e fico à disposição para esclarecer alguma dúvida que não tenha sido.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Nós agradecemos a Conselheira Elisa e abrimos a palavra para discussão dessa matéria. Quem deseja fazer uso da palavra? Dr. Vicente.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (ANA) – Nós temos uma proposta, depois não sei se primeiro apresento a proposta ou se já fundamento, que é a supressão do § Único da Resolução, supressão que diz a definição pelos respectivos planos plurianuais das diretrizes, objetivos e demais desdobramentos atinentes às prioridades estabelecidas nessa Resolução, deve considerar recomendações feitas no parecer técnico. E a nossa sugestão é a retirada, porque uma coisa é definição de diretrizes para os órgãos gestores atuarem junto aos órgãos federais

e estaduais. Outra questão é o parecer técnico que traz um conjunto de recomendações, inclusive para dentro do Conselho Nacional, na nossa opinião são duas questões que são distintas daquela que se pretende aqui nessa Resolução. Então, a nossa sugestão é a retirada do § Único.

O SR. WILSON AZEVEDO FILHO (Companhia Thermas do Rio Quente) – Bom, eu só queria, como a primeira deliberação nossa aqui foi em regime de urgência e a Elisa é uma especialista na área de planejamento do orçamento público, eu gostaria de perguntar para a Conselheira Elisa se cotejando a primeira Resolução que nós aprovamos com essa que nós estamos submetendo a aprovação do Conselho, se existe alguma contradição ou alguma coisa que deixa a desejar entre as duas?

A SR^a. ELISA MONTEIRO MALAFAIA (MPOG) – Wilson, eu não vejo uma contradição, como já falamos aqui, os títulos que foram consultados são os programas na prioridade para aplicação de recurso, e como eles são muito amplos é difícil que algo fique de fora. Um assunto que já viemos discutindo, já discutimos algumas vezes na Câmara Técnica, mas acho que podemos retomar, é uma reunião conjunta da CTCOB com a CTPlano, nesse processo que a CTPlano está pensando a revisão na próxima revisão e qual a periodicidade, só esclarecendo. A Resolução 58 dá periodicidade de revisão do Plano de Recursos Hídricos, que é 4 anos; a Resolução 70 define que a consulta para aplicação de recursos tem que ser feita a cada 2 anos. O que acontece? Nós temos feito consultas com assuntos com detalhamento um pouco diferente. Quando nós consultamos para aplicação consultamos em programa, e quando fizemos a consulta nas prioridades do Plano de Recursos Hídricos, nós fizemos uma consulta, o resultado foi um pouco mais detalhado, mas de todo modo eu não vejo algum conflito. Só me parece que quando formos pensar a revisão da Resolução 58, porque eu acho que o Plano de Recursos Hídricos não precisa ser revisado a cada 4 anos, essa é uma opinião minha, não é uma conclusão da Câmara; a Câmara vai definir, vai propor uma nova Resolução que substitua a 58. Mas acho que precisamos pensar nesse casamento, já que já fazemos uma consulta para todos os Conselhos e Comitês, de forma generalizada, para a revisão do plano, porque não juntamos as duas consultas numa consulta só? Tanto prioridades de conteúdo como para aplicação de recurso. E será que temos que fazer consulta para aplicação de recursos a cada 2 anos, por que 2 anos? Por que não faz, então, para 4? Então, realmente nesse sentido o nosso Conselheiro Wilson tem razão, nós temos que tentar pensar numa melhora dos processos, do trabalho do Conselho para as consultas, porque nós quando nós propomos a fazer consulta com a periodicidade muito pequena, o que acabamos fazendo é ficar perdendo prazo, porque não é fácil consultar o sistema inteiro de 2 em 2 anos. Então, eu faço essa proposta. Eu não devo estar mais aqui na próxima reunião do Conselho, se Deus quiser, para o bem não vou sair do sistema, mas não vou ser mais conselheira. Então, eu deixo esse encaminhamento, eu não vou ser, porque eu vou para a ANA, por isso que eu não

vou ser, o presidente está tomando um susto aqui, esqueceu que eu vou trabalhar com ele. Então, eu não devo mais continuar aqui nem como Conselheira, nem na Câmara Técnica do Plano, mas eu sugiro que se faça de fato, eu vou encaminhar isso para a Martha, que é a Presidente da Câmara Técnica, que propomos no calendário de trabalho de 2015 uma reunião conjunta da CTCOB com a CTPlano para repensar, quando for repensar a 58, repensar a 70 junto, porque a última Resolução, que foi anterior a essa que aprovamos primeiro de hoje da aplicação dos recursos, nós fizemos uma exceção e dissemos que a prioridade para aplicação dos recursos eram as mesmas prioridades da consulta do plano, que eu acho que foi acertada na época, mas de fato, na época, desrespeitamos a 70, porque tem o procedimento lá muito bem definido de como que é a consulta. Esclarecido Wilson?

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado Conselheira Eliza. Convido, então, o Conselheiro João Clímaco para fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não Governamentais) – Eu queria cumprimentar a Conselheira que me antecedeu e demais membros da CTPlano, eu participei das discussões e realmente foi um trabalho imenso para dar tempo de cumprir essa pauta e essa agenda para que hoje pudéssemos votar isso aí. Eu nunca abri mão da minha cordialidade, apesar de politicamente andar muito impaciente com as coisas que eu ando vendo na política de recursos hídricos. E eu não sei, mas devo falar que à medida que a sociedade brasileira vai se apropriando de conhecimentos dos meandros dessa política, eu tenho visto comportamentos pouco saudáveis, porque você começa a reproduzir coisas do movimento estudantil de arrumar arranjos burocráticos, tecnocráticos para mudar e alterar a essência das coisas. É o que passou na última Resolução. Mas essa aí, eu fiz questão de dá a minha contribuição e tive uma resposta muito positiva; a Martha Sugai e a Adriana foram muito felizes em fazer uma coleta, mas foi um esforço muito grande, você sabe disso, porque essa matriz de pensamento que rege toda essa coisa, essa papelada e essa burocracia, esses documentos que regem o nosso trabalho, ela tem um viés, às vezes, muito como se fosse unilateral, e hoje se você ler qualquer consolidado de jornais, de revistas no Brasil sobre como está a política de recursos hídricos, como a sociedade está verbalizando todos esses problemas que estão acontecendo e ler um documento nosso, fica parecendo que estamos em um país um pouco diferente. O meu esforço foi que dentro da CTPlano, nós conseguíssemos nesses documentos traduzir o estágio da conjuntura da gestão de recursos hídricos, e que para nós têm muitas coisas a serem superadas, mas a matriz que rege o comportamento, às vezes, dos agentes públicos é muito tecnocrata e ignora esse processo. Infelizmente Eliza e a Martha, com todos os nossos embates, conseguiram incorporar nesse documento algumas coisas que refletiu o olhar da conjuntura do que está acontecendo, mas sobre o ponto de vista qualitativo, de

689 análise qualitativa está muito longe de refletir a realidade; reflete um olhar da
690 burocracia para a questão da água, mas não reflete a demanda real que a
691 sociedade está vivenciando, no que diz respeito à eficácia e eficiência dessa
692 política. Então, como o documento tem um nome muito pomposo de plano, de
693 projeção, de efetividade da política, eu fiquei muito receoso durante todo o
694 processo, de que eu estivesse com o meu nome dentro de uma festa que não
695 refletisse a realidade, porque esse é um documento público, então, os
696 pesquisadores, as demais instâncias da sociedade vão ler os documentos e vão
697 dizer assim: mas esse aqui está acontecendo tanta coisa nesse país e esse
698 documento aqui tem um viés tão técnico. Então, deveria ter uma conclusão, uma
699 coisa mais analítica sobre a realidade do que está se passando a conjuntura das
700 águas no Brasil, o que não acontece, porque esse documento, a meu ver, não tem
701 só a finalidade de suprir uma demanda do cronograma do Ministério do Meio
702 Ambiente, ou do Ministério do Planejamento, ou do PPA, ele tem uma outra, pode
703 ser usado para outras referências. Então, eu lamento isso, mas eu não vi aqui
704 implodir o negócio, porque não é esse o meu feitiço, o problema é que à medida
705 que a Sociedade Civil vai tomando o conhecimento, se apropriando de
706 conhecimento da política, nós vamos nos deparando com condutas que sugerem
707 mudanças e não essas artimanhas que evita a melhor qualidade da análise, e
708 refletir realmente a realidade do que está a política de água no Brasil. Então, sobre
709 esse documento, eu só queria pedir Eliza para acrescentar, tiveram três coisas
710 que muita gente se debateu. Primeiro, o protagonismo do Conselho, eu briguei
711 muito nessa Câmara para que as resoluções e todos os encaminhamentos do
712 Conselho tivessem no documento, coisa que não estava no outro, afinal de contas
713 nós somos uma instância de importância muito grande, apesar de nós não
714 exercitarmos essa importância. Então, foi colocado, a Eliza e a Martha foram muito
715 sensíveis e colocaram algumas questões sobre o papel do Conselho, o que o
716 Conselho tinha deliberado, ou que foi cumprido ou não. Outra coisa que eu queria
717 pedir a equipe, é que nos pareceres não considerou a dinâmica que vem da
718 sociedade para a construção de comitês e em que peso alguns questionamentos,
719 mas existe e ela deveria estar no documento. Então, faltou colocar o rio Parnaíba,
720 Eliza, nos pareceres sobre o que aconteceu no rio Parnaíba e o que estamos
721 querendo que aconteça lá no rio Parnaíba. Então, é a única coisa que eu estou me
722 lembrando agora, que deveria ser colocado nos pareceres, o rio Parnaíba; e se
723 não me engano, colocar todos os processos que estão dentro da SRHU,
724 relacionados a comitês, que estão sendo demandado pela sociedade em que peso
725 alguns estar incompletos, ou não estarem sendo atendidas as exigências para tal,
726 mas é um fato político, burocrático, tecnocrático, social que merecia está
727 registrado. Então, eu quero reiterar meus cumprimentos à equipe e queria dizer
728 que, por conta disso, não cometemos o mesmo equívoco da CTCOB, ligada a
729 cobranças, nós teremos que fazer a consulta. Eu acho que o momento mais
730 oportuno para se fazer uma consulta é agora e a sociedade brasileira está
731 tomando conta da questão da água ainda que de maneira muito viés e ideológico
732 diferente, mas nós não podemos abrir mão dessa consulta, porque é mais um
733 artifício para substituir essa consulta, é um grande equívoco desse Conselho que
734 distância e fortalece outras instâncias nacionais de tomadas de decisão, como tem

acontecido no Congresso. Eu ganhei muito tempo lá no Congresso Nacional participando de eventos lá que teve resultados muito interessantes e o Conselho está andando a reboque disso. Então, eu queria que esses documentos que estão na SRHU, pleiteando a situação de comitês, fossem parte como fato a ser assinalado num desses pareceres que está sendo aprovados em anexo com essa Resolução, os pareceres não estão anexos a essa Resolução? Então, eu queria dá a ciência disso e agradeço aí a oportunidade.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu queria um esclarecimento, que pareceres anexos a Resolução são esses?

O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não Governamentais) – Eu estou aproveitando o momento que está isso em pauta. Eliza, nós fizemos o documento que era o diagnóstico, porque nós aqui estamos com a Resolução, mas nós fizemos uma série...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Que é um documento independente.

O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não Governamentais) – Eu estou aproveitando o momento para que sejam acrescentadas as questões que foram colocadas por nós e que não estão...

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – É um relatório dos debates que foram travados lá das considerações e tudo mais?

O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não Governamentais) – Tem um parecer da Câmara.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Que é aprovado no âmbito da Câmara, não aqui, aqui o que vai ser aprovado é essa Resolução.

O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não Governamentais) – O parecer deu substância a toda essa discussão.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Deu, mas você tem uma Resolução; o Conselho se manifesta por Resoluções.

781
782 **O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não**
783 **Governamentais)** – Tudo bem, mas uma Resolução que tem uma série de
784 documentos. Então, eu estou propondo que nesse documento que está sendo
785 citado no parecer no considerando dessa Resolução se inclua as demandas que
786 estão oficialmente registradas e protocoladas na SRHU relacionadas ao pedido de
787 instalação do comitê ou coisa assim.

788
789
790 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH)** – Desculpa. Olha só,
791 nós temos aqui uma Resolução para ser votada, você pode propor uma emenda,
792 um adendo ou uma mudança, como o Dr. Vicente propôs, mas você precisa fazer
793 isso agora claramente.

794
795
796 **O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não**
797 **Governamentais)** – Porque ficou muito sintético, não está todo o documento aí,
798 mas os documentos que estão sendo citados aí, eles legitimam essa Resolução.
799 Eu estou querendo que só acrescentem coisas que eu participei.

800
801
802 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH)** – Desculpa. De novo.
803 O documento que está para ser votado foi distribuído a todos os conselheiros e ele
804 consta uma série de considerandos, parágrafos de resolução e um anexo, que é
805 uma tabela. O anexo é fruto desse parecer provavelmente.

806
807
808 **O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não**
809 **Governamentais)** – Eu não estou pedindo para mudar nada, eu só estou
810 querendo que acrescente, faltou uma coisa que foi muito debatida na Câmara
811 Técnica; entendeu? Só isso. Só que no parecer que está sinalado o considerando,
812 ele precisa está escrito os detalhes, porque falaram alguns e não falaram outros.

813
814
815 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH)** – João, você terá um
816 relatório feito pela Câmara Técnica com todos esses pareceres, com todas essas
817 informações, você pode distribuir em complemento à Resolução, mas a Resolução
818 é uma Resolução.

819
820
821 **O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não**
822 **Governamentais)** – Eu não estou mudando a Resolução.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Você está acrescentando um corpo estranho, que não está aqui, à Resolução. Claro não está aqui.

O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não Governamentais) – Houve uma falha ou falta de atenção que impediu que os documentos que dá substância a essa Resolução, faltou colocar o rio Parnaíba. Só isso.

A SR^a. ELISA MONTEIRO MALAFAIA (MPOG) – Como o Clímaco mesmo já explicou, praticamente grande parte das ideias dele foram incorporadas, nós não fizemos nenhuma censura. Eu acho que houve algum problema na comunicação dele final sobre esse assunto, porque não censuramos nada, não cortamos. Então, foi algum problema de comunicação nesse final, porque eu acho que vai ter tempo ainda, Clímaco, para tratar na Câmara, mas eu acho que ele mesmo já entendeu, ele não quer mudar o texto da Resolução, ele queria mudar o conteúdo do parecer da Câmara.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Então, ele quer mudar o conteúdo do parecer da Câmara Técnica.

A SR^a. ELISA MONTEIRO MALAFAIA (MPOG) – É isso. Nós tratamos lá. Eu já anotei ali para encaminhar para a Martha. Mas ele teve muita participação nesse parecer, então, não teve nenhuma limitação, foi algum problema de comunicação que houve, porque inclusive na última semana as contribuições foram inúmeras, foi até difícil compilar o final do documento.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok. Então, eu acho João, que não cabe aqui, é lá na Câmara Técnica que tem que ser feito isso. Ok. Então, alguém mais quer fazer uso da palavra a respeito dessa Resolução. Então, eu vou colocar em votação e está em votação a matéria e nós temos, então, uma proposta de uma alteração, que é a supressão do § Único. Então, eu vou colocar em votação a supressão do § Único, e depois eu coloco em votação a Resolução. Então, aqueles que estão de acordo com a supressão do § único, por favor, levantem a mão. Aqueles que são contrários à supressão do § Único, por favor, levantem seus crachás. Dois votos pela supressão. Aqueles que se absterem de votar, por favor, levantem o crachá. Então, nós concordamos que o § Único será suprimido. E agora coloco em votação a Resolução sem o § Único. Aqueles que estão a favor a proposição levantem os seus crachás, por favor. Então, agora aqueles que são contrários à aprovação da Resolução, por favor, levantem os crachás. Zero voto. Aqueles que se absterem de votar, por favor, levantem o crachá.

871 Dois votos. Então, a Resolução está aprovada com a supressão do § Único.
872 **Passamos agora ao item 3.2 da nossa pauta.** Trata-se de proposta de Resolução
873 que estabelece diretrizes gerais para definição de derivações e captações de
874 recursos hídricos superficiais e subterrâneos; lançamentos de efluentes em corpos
875 de água; e acumulações de volumes de água de pouca expressão considerados
876 insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos
877 hídricos encaminhados pela Câmara Técnica de Integração de Procedimentos,
878 Ações de Outorga e Ações Reguladoras, CTPOAR. Eu convido o senhor Luiz
879 Henrique Pinheiro para fazer a apresentação da proposta, uma vez que ele foi
880 designado para esse fim pela CTPOAR, por favor.

881
882
883 **O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA (CTPOAR)** – Bom dia a todas. Bom
884 dia presidente. Na verdade, eu vou fazer uma breve representação, porque eu
885 acho que todo mundo leu a proposta de Resolução; falando um pouco do
886 histórico, das características e deixar abrir para a discussão. Eu tenho uma
887 apresentação. Bom, é a proposta de Resolução que estabelece diretrizes gerais
888 para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e
889 subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de
890 volume de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais
891 independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos e dar outras
892 providências. Bom, lembrando que a discussão, essa proposta de Resolução é
893 uma demanda do Conselho Nacional de Recursos Hídricos encaminhada à
894 Câmara Técnica CTPOAR, em 2011 ela entrou em pauta na reunião na CTPOAR.
895 Em março de 2012 começaram as discussões sobre essa proposta de Resolução
896 na CTPOAR com as apresentações dos Estados, das autoridades outorgantes
897 estaduais, da própria Agência Nacional de Águas houve uma discussão boa e
898 produtiva sobre isso, até o ano seguinte em outubro de 2013, portanto foi uma
899 minuta de Resolução que ficou dois anos na CTPOAR em discussão. Na 31ª
900 reunião do Conselho entrou em pauta, houve dúvidas, questionamentos, ela
901 retornou a CTPOAR para aprimoramento. No final de 2014 houve a finalização da
902 proposta pela CTPOAR. Dizer que a apresentação da minha parte aqui dessa
903 proposta de Resolução é a pedido da Câmara Técnica a CTPOAR. Algumas
904 características dessa proposta de Resolução. Então, é uma proposta de
905 Resolução que contempla as definições, competências, a quem compete o que,
906 considerações sobre aspectos hidrológicos de bacias, aquíferos, regiões
907 hidrográficas dessa proposta de Resolução; também possibilidades de aplicação
908 de critérios específicos a empreendimentos ou interferências dos recursos
909 hídricos. Ela também aborda uma coisa recorrente nos sistemas estaduais ou na
910 própria ANA, que são usos de curta duração, consideradas de pouca expressão e
911 também ela faz uma abordagem sobre o cadastro e a emissão de Declaração de
912 Regularidade de Uso. Lembrando que existe uma Resolução 16 do Conselho
913 Nacional é uma Resolução sobre as diretrizes gerais de outorga para o Sistema
914 Nacional, ela já vincula qualquer uso ao cadastro independentemente de estar
915 sujeito à outorga ou independentemente de outorga, então, está vinculado ao cadastro;
916 e essa questão também se está vinculado ao cadastro, ela entra no balanço

hídrico, então, isso é uma coisa importante. O balanço hídrico contempla os sujeitos a outorga, também os usos que independem de outorga, por exemplo, na ANA cerca de 10% dos pedidos de interferência dos recursos hídricos independem de outorga e entram no balanço hídrico do sistema, e tem também a questão da emissão de declaração de regularidade de uso, que fazemos questão de frisar a importância para o usuário, o pequeno usuário, às vezes, precisa de um financiamento, então, ele vai ao banco, por exemplo, e o banco exige um documento de que ele está regularizado no Sistema de Recursos Hídricos. A própria questão do licenciamento ambiental, às vezes, um uso que independem de outorga, mas os critérios do Sistema Nacional de Meio Ambiente precisa do licenciamento ambiental, ele precisa levar algum documento para comprovar a sua regularização no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a emissão dessa Declaração de Regularidade e Uso supre essa demanda. Essa é uma proposta de Resolução que regulamenta os incisos II e III, do § 1º, do art. 12 da Lei 9433, com estabelecimento de critérios para regularização de usos de recursos hídricos associados às vazões e acumulações insignificantes que independem de outorga. E finalmente eu queria só destacar, antes de entrarmos em discussões, a importância da aprovação dessa proposta de Resolução, porque ela é uma proposta de Resolução que regulariza esse tipo de uso de recursos hídricos e resulta numa desburocratização do sistema de outorga existente. Então, está clara a necessidade da incorporação no sistema dos usos e de vazões de pouca expressão insignificante, isso traz um ganho para o sistema, porque esse tipo de autorização não passa por todo o processo administrativo burocrático que necessariamente passa os pedidos de outorga, são análises muito mais expeditas, que entram e são incorporadas no balanço hídrico, então, não há perda de eficiência técnica para esse tipo de autorização. Então, esse é o ganho que essa Resolução vai trazer para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Então, eu agradeço.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado Luiz Henrique. Eu já tenho a manifestação da Conselheira Patrícia, que deseja comentar essa proposta. Depois o Conselheiro Ivo também e Conselheiro João Clímaco.

A SRª PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Patrícia Boson, FIEMG, representando aqui a indústria. É a primeira vez em que essa Resolução esteve aqui, nós apresentamos alguns problemas e infelizmente ela continua com muitos problemas. Não vou me delongar, apenas apontar alguns mais importantes e dizer que a questão da regularização se faz, muitos Estados já fizeram, já determinando o que é uso significativo até que os comitês determinem, determinando a vazão específica, usos insignificantes é um litro por segundo, alguma coisa, então, não tem essa urgência de fazer uma deliberação para resolver problema de regularização, porque os Estados já estão, na maioria deles, com esse problema resolvido dessa forma. E fora o fato dos Estados, a maioria

deles, a grande maioria infelizmente, não faz outorga para lançamento ainda. E os empreendimentos quando precisam de crédito para essa regulação, eles levam um documento do Estado dizendo que esse instrumento não está ainda aplicável. Então, eu acho que é uma Resolução que vale a pena, se é mesmo necessária, e eu coloco isso um pouco em dúvida, porque nós na área ambiental tivemos um esforço muito grande de transformar as discussões técnicas em discussões legais, uma pena, porque paramos de ter a coragem de uma discussão técnica avaliando caso a caso o empreendimento e o local, e criamos uma série de normas e hoje no meio ambiente só se discute o artigo tal, o parágrafo tal, ainda mais com a presença agora do Ministério Público. Então, ele fica cobrando, não importa se o rio naquela ocasião, daquela forma, esse método, esse critério determinado aqui não cabe nesse momento, não importa, não importa, o que importa é que o artigo tal da cláusula tal do parágrafo tal disse isso, e isso vale mais do que a gestão propriamente dita. Então, eu queria nesse particular chamar bastante a atenção desse Conselho aqui para que não façamos com recursos hídricos o que aconteceu com o meio ambiente. Hoje licenciamento ambiental não é uma discussão técnica, qualquer um que for numa discussão colegiada sobre licenciamento ambiental esteja com a Constituição no braço, a Lei Estadual e Federal no outro, e o livro da Resolução CONAMA, porque o que se vai discutir é se está de acordo com o artigo tal, a lei tal, o gráfico tal, não sei mais o que, e a discussão técnica mesmo para aquele lugar, para aquela peculiaridade não tem mais nenhum valor. Indo lá para a Resolução. Quando nós falamos assim: § Único: “Deverá emitir a declaração de regularidade de uso da água”. Isso é o cadastro, é a partir do cadastro? É a primeira vez que esse ato aqui aparece e não tem nenhuma explicação, e nenhum Estado é obrigado a entender o que é isso, o que é essa regularização, é porque eu faço cadastro e eu ganho esse documento? Enfim. § Único do art. 1º. Os outros artigos, o 2º, o 3º e o 4º, em que pese o esforço da Câmara, eles são muito genéricos e corre-se o risco de numa leitura detalhada ele virar obrigatoriedade. Então, esse é um risco grande. O art. 5º cita no seu inciso III carga poluente e eu não sei se a Câmara sabe que tem uma Resolução Conama 430, de 2011, que fala sobre essa questão da carga, se é um ato do órgão ambiental, é ele que determina essa questão da carga poluente. No art. 7º, nós temos dois problemas aí graves, que falam de novo que não vai ter uso insignificante para essa questão da carga, então, olha o paradoxo para simplificar. O cara que faz uso insignificante, ele teria que fazer só um cadastro, mas como tem a questão do fósforo e nitrogênio, ele vai ter que saber a carga, declarar essa carga e ele vai ter a outorga só de efluente, ele não vai ter a outorga de captação, porque ele é insignificante, e ele vai ter só uma outorga do efluente, que é também. E volto a dizer sobre a questão da Resolução 430/11 no art. 8º, por exemplo, quando fala para os limites estabelecidos, quem estabelece esses limites é a gestão ambiental, é o órgão competente e é ele que estabelece no processo de licenciamento ambiental a partir da Resolução 430 que estabelece isso. E quando fala da emissão de fiscalização, uso, penalidade correspondente, você não tem o instrumento legal, não infra legal, mas legal mesmo, porque você já está mexendo com a questão de legalidade, quer dizer, quando a lei falou que era para ser uso insignificante, era para simplificar mesmo, para o próprio

empreendedor, o próprio Órgão Gestor não se dedicar a isso, não se debruçar sobre isso, ou então o cara que faz uso insignificante simplesmente informar, e tem aqui toda uma burocracia extenuante sobre isso. Então, eu acho que devíamos realmente parar para pensar em relação a isso, não transformar a gestão de recursos hídricos numa lista imensa de artigos e de parágrafos, não tem nada mais local do que a água, cada local vai ser de um jeito, vai ser de uma forma e você tem que dar capacidade técnica para quem está analisando fazer isso sim, de um jeito, de uma forma; e quanto ao uso insignificante, o que se tem feito para poder apoiar os processos de licenciamento ambiental, os outros processos é determinar uma vazão, todo o Conselho Estadual fez isso, enquanto o Comitê de Bacia Hidrográfica não debruçar caso a caso sobre o corpo determinado, disse que o uso significativo é um litro por segundo, ou dois litros por segundo, não sei, e para a água subterrânea também determina se uma vazão e resolveram-se os problemas. Eu queria que vocês refletissem sobre a verdadeira carência dessa Resolução. E chamo a atenção muito para os órgãos gestores dos Estados que tem ao lado deles o Ministério Público. Eu sei, porque lá em Minas, não sei se aqui ocorre, 80% dos nossos agentes ambientais são para responder ao Ministério Público. Então, pense o que está escrito aqui, que vocês têm que avaliar, são Estados hoje que mal conseguem dá outorga superficial, aí tem que se definir um limite percentual, ler o art. 6º, Estados, com cuidado e vejam o que vocês estão abrindo de questionamento do Ministério Público quando isso aqui estiver valendo e validado. Obrigada.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigada Conselheira Patrícia. Conselheiro Ivo, por favor.

O SR. IVO MELLO (Associação de Arrozeiros de Alegrete) – Até a minha argumentação, quase desisti depois que a Patrícia começou, mas depois eu disse: não, vou reforçar. É claro que são diretrizes genéricas, vem aqui do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas também nessa linha que ela colocou, eu não podia deixar passar secretário, de chamar a atenção alguns problemas que acontecem em relação a isso e de novo aí aproveitar a ênfase que a Patrícia deu em que nós precisamos fazer gestão, e não complicar a forma de fazer gestão. E têm várias dessas assim e aquelas que vão chegar lá nos Conselhos Estaduais que acabam pegando essa mais genérica, que você falou ali que o cara precisa ir lá no banco tirar recurso e o Banco do Brasil pede a outorga do poço, que normalmente é um uso insignificante. E o que está acontecendo, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, muita agricultura familiar, não tem um agricultor que não tenha uma ou dois desses usos insignificantes em suas posses, e não sei se vocês têm ideia e eu até já estou devassado, porque na reunião na semana passada com a Secretária de Meio Ambiente no Rio Grande do Sul, ela ficou apavorada e um colega que estava junto disse para outorgar, não é para outorgar, é para fazer a regularização mesmo que seja insignificante; ainda é exigido aí pelo pessoal da geologia, é exigido que seja feita toda a parte técnica de regularização

de um poço, que muitas vezes tem quase 70, 80 anos já usando e precisa fazer toda essa regularização. Aí o meu dado era 10 mil reais, o meu colega, que representava a agricultura familiar na reunião, diz: você está defasado, já está em vinte. Então, só para lembrar assim, aí já vou até para o lado do bolso, porque a maioria dessas unidades, onde se enquadram para esse tipo de Resolução aqui, as unidades de usos insignificantes são unidades familiares de agricultura, normalmente agricultura familiar, e normalmente ele tem mais de 50, 60 anos usando aquele poço, aquela tomada d'água. Então, será que fazer tudo isso, nós estamos contribuindo para fazer uma gestão melhor, ou simplesmente dando munição para aquele pessoal que vem novinho, cheio de vontade no Ministério Público; nada contra, mas eles entram lá querendo resolver o problema do mundo e aí olham o que está escrito nessas resoluções, agora vocês vão cumprir o que está escrito aqui. Então, também para reforçar um pouco o que a Patrícia colocou e lembrar que precisamos fazer o jogo, eu sempre digo lá hoje em dia que nesse jogo não pode ter perdedor, tem que ganhar água, tem que ganhar o meio ambiente, tem que ganhar o empreendedor e tem que ganhar a sociedade, se não estamos fazendo um jogo que não é para uso sustentável da água. Obrigado.

O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não Governamentais) – Mais uma vez bom dia a todos. Eu estou como todo mundo, ficamos acompanhando essa discussão e ela veio oportuna para o nosso segmento, porque nós estamos vivenciando situações muito particulares, e outras mais genéricas em algumas Unidades da Federação, e entendíamos que essa Resolução ia dá uma resposta para isso. Então, a minha pergunta viu Luiz, é na verdade uma solicitação de esclarecimento e ao mesmo tempo tentar sugerir alguma coisa no art. 8, por quê? Porque nós nos deparamos, ao contrário das análises anteriores à minha, nós estamos sentindo que a Gestão de Recursos Hídricos não dá mais para fazê-la baseado na própria lição que a natureza dá, muito embora essa seria a melhor Lei, a própria Lei de natureza. A água, o sistema hidrológico, ele sinaliza tudo que acontece de mal para ele, ele sinaliza com as suas respostas para a sociedade e para as pessoas envolvidas. Então, isso por si só já seria uma doutrina que poderia ser seguida como normativos que a própria natureza explicita, mas não é bem assim, porque o nosso sistema de economia do mercado não tem muito essa lógica, ainda mais juntando com a vulnerabilidade das pessoas, ele vai aprofundar, às vezes, conflitos que não se esperavam, comunidades de 100, 200 agricultores com pequenas captações, usos insignificantes, somando acumulativamente, ela tem um pacto numa bacia e ainda mais quando esse grupo todo de comunidades, que usam pequenas quantidades, elas impactadas por alguma outra outorga de grande monta, e aí fica uma bagunça generalizada. Lá em Minas nós somos exemplos gritantes disso aí, você dá uma outorga de não sei quantos litros por segundos, sem considerar que existem centenas de agricultores familiares no lugar tirando água e aquela água depois é afetada. Então, nós vemos essa Resolução como um produto da nossa própria conjuntura da realidade que nós vivemos, onde o Estado de certa forma tenta fazer essa regulamentação, mas nunca atende todo mundo, porque ela não

permite, ou não permite na lógica do capital, ela não permite um consenso normal, sempre tem alguém querendo dizer que, às vezes, o emprego, o lucro de alguém vale mais do que o interesse de uma comunidade. Então, o art. 8, para mim, veio ao encontro de algumas questões que eu colocava, viu Luiz, desculpa eu falar assim, mas eu não me lembrei Luiz. Mas eu não sei se você pode me esclarecer, se esse artigo contempla a nossa preocupação que eu tanto falei, porque eu acho que deveria ser no plural. O que eu estou querendo dizer? Que numa região onde tem umas outorgas de grande monta misturadas com muitos usos insignificantes, como acontece em Minas, às vezes, o órgão ambiental e o órgão de recursos hídricos não conseguem fazer um cálculo real de como pode aquela grande outorga afetar os pequenos usos, ou vice versa, e tem vários conflitos em Minas Gerais nessa linha. Então, eu vejo que tem que haver, quando você faz a outorga, quando o órgão gestor faz a outorga de um grande empreendimento, ou de vários empreendimentos, tem que haver um cálculo da bacia de maneira a considerar os pequenos. Eu não sei se esse art. 8º contempla isso, mas se for o caso, ficaria mais próximo do que imaginávamos efeito acumulativo de todas as derivações, captações e lançamento do empreendimento. Eu acho que deveria ser dos empreendimentos, porque aí ficaria mais próxima à nossa preocupação de que numa bacia não dá para você fazer cálculo de vazão, só para grande outorga, você tem que considerar os usos insignificantes na soma dessa vazão da bacia toda. E aí eu me pergunto se também, viu Lula, não poderia ter colocado aí que quando acontecem coisas assim nas regiões do Brasil, o agricultor que tem usos insignificantes, às vezes, ou ele não está informado ou é mal informado, ou não tem recurso para fazer esse cadastro, aí o órgão ambiental chega e faz um EIA/RIMA, e fala assim: não tem outorga na região; quando na verdade não precisou de outorga e de uso insignificante, mas tem usos, então, ele não tem dinheiro para fazer esse cadastro, e como que faz? E acontece um conflito, porque vem o EIA/RIMA, não tem uso insignificante, não tem outorga na região, quando, na verdade, não precisava ter uso insignificante ou não tem cadastro, como tem acontecido até agora. Eu queria que você me explicasse isso, porque se o caso colocássemos no plural e você me explicava se é possível isso já daria condições de o Estado ajudar o Órgão Gestor fazer, financiar ou fazer esse cadastro dos usos insignificantes, ter o cadastro para pode você dá uma outorga com o cálculo correto da bacia, do volume hídrico da bacia, não sei se vocês estão me entendendo. Eu queria que você me explicasse isso, porque se não teremos que fazer uma pequena alteração aí, eu me debati com isso o tempo todo, mas estou achando que o art. 8, se tiver outro artigo que você acha que contempla a nossa preocupação, porque o agricultor, às vezes, está lá quietinho, nunca tirou outorga de nada e vem um grande empreendimento bagunça a água de toda a bacia e ele não aparece em cálculo nenhum. Nesse momento nós precisávamos ver as outorgas para ver como deve fazer.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado Conselheiro João Clímaco. Pela ordem agora Conselheira Patrícia, por favor.

1147
1148 **A SR^a. PATRÍCIA (Companhias de Saneamento)** – Bom dia a todos. Meu nome
1149 é Patrícia, eu sou representante das Companhias de Saneamento. Depois de um
1150 ano, eu voltei para o Conselho, porque no ano passado eu não pude participar e
1151 nós ficamos muito preocupados, nós fizemos uma discussão com as companhias
1152 de abastecimento sobre essa Resolução e ficamos muito preocupados,
1153 principalmente com o art. 12. O art. 12 coloca que as derivações, captações,
1154 lançamentos, acumulações de volume de água de pouca expressão, consideradas
1155 insignificantes, deverão ser cadastradas junto à autoridade outorgante, tudo bem.
1156 E o § 1º diz o contrário, que para determinados corpos hídricos a autoridade
1157 outorgante poderá definir metodologias complementares alternativas ao cadastro
1158 de uso de recursos hídricos. Colaborando com a colega Patrícia, nós temos um
1159 caso muito particular em Santa Catarina, na capital em Florianópolis, onde nós
1160 temos um sistema de abastecimento de água com 21 postos e as pessoas que
1161 moravam lá a muito tempo, que estão estabelecidas lá a muito tempo tem mais de
1162 mil ponteiros, nós somos obrigadas a fazer a outorga dos postos e as mil pessoas,
1163 as mil ponteiros não são, porque a Resolução é da ANA, não é do Conselho
1164 Nacional que obriga o cadastro, mesmo para uso insignificante. O nosso Estado
1165 não faz cadastro para uso insignificante, nem mesmo tem um Órgão Gestor
1166 definido. Então, é muito complicado. E aí nós temos problemas de abastecimento
1167 de uma população urbana, é um caso específico, num lugar pequeno, é a capital
1168 do Estado, mas é uma cidade pequena, eu sei disso, comparada com outras
1169 capitais, mas é um problema sério. Então, eu sugiro pela rejeição dessa
1170 Resolução, a Resolução da forma como está vai prejudicar, ela não vai ajudar na
1171 gestão de recursos hídricos, principalmente nos Estados, não no Estado de Santa
1172 Catarina. Isso aqui vai colocar o Ministério Público no pé das companhias, no pé
1173 dos usuários. Essa é a minha colocação.

1174
1175
1176 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH)** – Muito obrigado
1177 Patrícia. Pela ordem agora é o Conselheiro Paim.

1178
1179
1180 **O SR. PAULO RENATO PAIM (ABES)** – Paulo Paim, conselheiro titular pela
1181 ABES das associações técnicas, falando também em nome da Conselheira Ingrid
1182 das universidades. Não vou repetir o que já foi dito, porque senão fica cansativo,
1183 mas resgatar dois aspectos importantes da fala da Patrícia. Primeiro por óbvio, se
1184 continuarmos desse jeito nós vamos entregar mesmo a gestão de recursos
1185 hídricos ao Ministério Público e aí pode colocar, encher de advogados aqui dentro
1186 está resolvido. Eu quero conclamar aos companheiros e companheiras
1187 conselheiros que se resgatem de uma vez por todas a discussão técnica da
1188 gestão de água. O segundo aspecto é que gestão de água é território, e território é
1189 bacia hidrográfica. Então, toda vez que se legisla como agora para um assunto tão
1190 localizado, com uma regra que vai doer a pau, que é o Chuí, nós estamos
1191 entregando o nosso trabalho, o nosso saber, a nossa discussão, o nosso objeto de

trabalho ao Ministério Público. Eu peço também que nós rejeitemos simplesmente essa Resolução.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado Conselheiro Paim. Pela ordem temos o Conselheiro Marley, que volta a estar aqui conosco, não é Marley?

O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (CERH/MG) – Bom dia a todos e todas. A maior parte do que eu queria dizer já foi colocado aqui. Mas eu queria primeiro enfatizar um pouco do que a Patrícia e o Paulo Paim colocaram, no sentido de que essa Resolução não considera a adversidade do nosso país; a adversidade eu digo no sentido de quantidade de recursos hídricos. Por isso mesmo que Lei 9433 estabeleceu que os usos insignificantes serão definidos no âmbito local, através dos comitês e dos Conselhos de Recursos Hídricos. Uma outra questão aqui para o final da Resolução, bom, eu queria fazer um comentário a três artigos, o outro eu teria que ir no oculista primeiro, o problema é de letra mesmo, Vicente. Eu queria fazer um comentário a três artigos, em especializo, o primeiro art. 10, ele tem um termo que diz o seguinte: os usos de recursos hídricos de curta duração me chamaram a atenção, e me preocupa essa definição de curta duração, porque, às vezes, a duração é curta, mas é intensa. Então, isso eu não creio que seria um critério mais adequado para definirmos um uso de pouca expressão, ficaria um pouco subjetivo. No art. 11 o § 1º diz que o disposto no caput não se aplica as captações com a finalidade de abastecimento público. No meu entendimento esse dispositivo é ilegal, porque ele contraria o que prevê o art. 1º inciso III da Lei 9433, que estabelece como uso prioritário em situações de escassez ou consumo humano. Ou seja, nós deixamos de fora aqui o uso mais nobre, o uso mais prioritário estabelecido por nossa lei. O caput do art. 11, no meu entendimento também, tem uma redação um pouco truncada, se for o caso depois num momento oportuno eu faço uma sugestão de redação. Também em termos de redação, vejo algum problema aqui no § 2º, do art. 11. Lá no artigo... Uma outra questão ainda sobre o art. 11, agora eu estou entendendo um pouco aqui a minha letra, o dispositivo não previu uma situação de que quando da comunicação do usuário o Órgão Gestor possa não concordar com ela, e como que fica essa situação? Se o órgão gestor não concordar com o enquadramento que o próprio usuário está dando para o seu uso, quer dizer, eu acho que a Resolução deveria trazer uma previsão nesse sentido, porque se não o Órgão Gestor fica num papel de apenas consolidar dados, apenas de cadastramento. E por último, o art. 12, do ponto de vista da técnica legislativa, para mim também é um erro conceitual, porque o art. 12 é o espírito da Resolução, que já foi tratado lá no art. 1º e especificamente no seu § único. Então, eu também proponho, se for o caso, de um encaminhamento dessa Resolução, quer dizer, superadas todas as dificuldades que foram colocadas aqui, que o art. 12 seja reescrito juntamente com o § único do art. 1º, ele está aqui no final da Resolução do ponto de vista da técnica legislativa não é correto, você dispõe sobre o espírito maior da norma lá no

início, lá no art. 1º, e não começa a escrever no art. 1º e depois vai ao final e volta ao assunto. A princípio é isso. Obrigado.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Ok. Só para registro da gravação. Bom, voltando aqui a minha lista de inscrição, a última inscrição que eu tenho aqui é do Dr. Vicente Andreu.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (ANA) – A vantagem de ser Conselheiro também é que nós temos alguma autonomia em relação a algumas questões. Nós discutimos isso no âmbito da Agência Nacional de Águas preparatório a essa reunião, e também manifestamos uma série de preocupações do ponto de vista do produto final, visa vis os objetivos que se pretendia com a Resolução; um: é fortalecer os Estados; dois: de você tentar criar algum parâmetro que não seja tão genérico em função da criticidade dos recursos hídricos no território brasileiro; e o três também tentar coibir quando você tem um empreendimento com os vários usos insignificantes que essa somatória possa ter o impacto ou a somatória de vários usos insignificantes de vários usuários em impactos sobre corpo d'água. O que nos parece pelas intervenções aqui, a minha posição é a mesma, é de que a Resolução não atende esse objetivo. Eu acho que se, ela tem dois anos, até perguntei quanto tempo que ela estava tramitando, o Luiz me falou que dois anos, mas uma Resolução para uso insignificante que está dois anos é porque ela tem problemas. Não acho que a simples rejeição da Resolução resolve essa questão, porque essa demanda também aparece por parte dos Estados e é diferenciada em torno dos Estados, têm Estados que tem mais problemas com isso, têm outros Estados que nem outorga superficial, nem de empreendimentos insignificante bastante impactante consegue oferecer ainda uma resposta adequada; e nos parece que essa Resolução não atende. Então, na nossa opinião, nós poderíamos ao invés de rejeitá-la, voltar à Câmara Técnica, coletar as sugestões que foram apresentadas aqui pelos diversos conselheiros nas diversas falas, voltar à Câmara Técnica, tentar aperfeiçoá-la e o aperfeiçoamento na minha opinião também vai na linha do que foi dito aqui, tem que ser muito mais genérico que contempla a adversidade do território, não dá para fazer resoluções para o Brasil inteiro, nós temos que aprender a conviver com essa adversidade. Então, na nossa opinião também essa Resolução não está em condições, seria uma violência fazer uma aprovação por uma pequena maioria ou mesmo que fosse uma grande maioria com as intervenções de peso que foram aqui feitas. Então, a nossa posição é de retirar a Resolução e remetê-la, pedido de vista de remetê-la para a Câmara Técnica. Por último a questão do Ministério Público, eu gostaria, nós também enfrentamos esses problemas, eu particularmente penso que o Ministério Público é uma conquista da Constituição de 88, ela precisa sem dúvida nenhuma também de alguns balizamentos, porque o Ministério Público é o indivíduo com o poder legal de definir, de interpretar essas questões, eu acho que a legislação brasileira está incompleta em relação às responsabilidades do promotor público e das suas competências, mas eu acho que não devemos fundamentar a nossa intervenção,

no sentido de facilitar ou não o trabalho para o Ministério Público dando a impressão de que nós estamos fugindo de regras claras que atendam o interesse da sociedade e o Ministério Público que atende a sociedade e nós não. Nós estamos trabalhando contra a sociedade, eu acho que quando temos uma Resolução, uma convicção, mesmo que essa convicção seja distinta de eventualmente um ou outro promotor público, seja ele estadual ou federal, nós temos que fazer esse enfrentamento, porque nós acreditamos que seja melhor para a sociedade, e nós temos, todos nós aqui como gestores, enfrentamos essa situação cotidianamente. Então, só queria fazer esse registro em relação ao Ministério Público, como cidadão penso que é um instrumento importantíssimo da sociedade democrática, mas que precisa ser aperfeiçoado. Quando teve uma medida que tinha lá suas vantagens e desvantagens, aconteceu num momento extremamente polêmico da sociedade, nós ficamos sem condição de fazer enfrentamento como se qualquer posição de Ministério Público, a princípio, fosse uma posição absolutamente correta e que, então, a sociedade precisa fazê-lo, mas não nós aqui, enquanto Conselho Nacional, temos receio das nossas resoluções facilitar ou dificultar a atuação de quem quer que seja, mas o que interessa é que a nossa opinião é de que a Resolução não está madura, retirá-la e remeter novamente à Câmara Técnica para o seu desenvolvimento, no sentido do que foi apresentado aqui, de que ele seja mais abrangente e que permita que os Estados, inclusive, tenham mais flexibilidade para se adaptar à realidade aqui do país, que é bastante distinta.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Agradeço Dr. Vicente. Agora tem a palavra o Conselheiro Chicão. Depois eu vou pedir para o Conselheiro Luiz Henrique, depois vou pedir para você usar a palavra para prestar o esclarecimento. Ok.

O SR. CHICÃO – Bom dia a todos. Eu registro que a minha opinião está totalmente em concordância com a palavra do Vicente Andreu, e eu diria o seguinte, de não rejeitarmos, mas que ela retorne para ser estudada e nós tivemos desde dezembro de 2013 os eventos extremos assolando esse país. Então, onde não tínhamos uma situação de semiárido, agora nós estamos tendo, até em regiões litorâneas. Então, eu acho que nós estamos caminhando muito mais para aquilo que as confederações hidrográficas da Espanha fazem, que é a gestão gota a gota; e quando se fala em gestão gota a gota, essa Resolução aqui talvez não seja suficiente para equacionar esse problema, talvez tenhamos que ter uma outra Resolução complementar se debruçando mais sobre a outorga, porque agora uma gota de água passou a ser significativa. Então, eu entendo que deve voltar sim para a Câmara Técnica e talvez até com alguma proposta de complemento, eu que sou do segmento dos consórcios intermunicipais e organizações de bacias, vou provocar para que o sistema que os comitês de bacias façam essas contribuições, porque eu acho que esse assunto é

extremamente pertinente e nós estamos vivenciando uma nova realidade no nosso país. Muito obrigado.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado Conselheiro Chicão. Eu queria chamar o Luiz Henrique aqui para prestar os esclarecimentos.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA (CTPOAR) – Bom, então, me parece que o encaminhamento é de retirada de pauta da proposta de Resolução, retornar a CTPOAR, provocar uma discussão como foi feito anteriormente. Eu só gostaria de pontuar algumas coisas, porque são coisas importantes para termos uma discussão madura sobre toda e qualquer proposta de Resolução que chegue aqui ao Conselho. Primeiro: é uma proposta de Resolução que nasceu, é uma demanda do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, eu não entendo uma posição posterior de discordar que há necessidade dessa Resolução, é uma demanda que chegou para a Câmara Técnica de Ações de Outorgas Reguladoras, não é mais uma prioridade do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, nós precisamos refletir sobre isso. A primeira coisa. A segunda coisa, apontar onde a Resolução precisa amadurecer para que no caso se for deliberação desse Conselho de retornar à Câmara Técnica para que avance, como já aconteceu, para que avance alguns artigos, se repense ela para que ela possa retornar de forma pronta e madura para deliberação desse Conselho. Nesse sentido, a expectativa da CTPOAR era de que houvesse contribuições específicas de artigos específicos e no meu entendimento algumas colocações precisam de uma melhor reflexão, por exemplo, a questão do Paraná, a necessidade de, desculpe de Santa Catarina, a necessidade do cadastro de qualquer uso de recursos hídricos, seja sujeito à outorga ou independente de outorga, não vem dessa Resolução, vem da Resolução 16 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Já é algo pré-existente isso, é uma demanda pré-existente, toda e qualquer sistema, toda e qualquer autoridade outorgante, segundo a Resolução 16 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, tem que cadastrar os seus usos, e isso tem um sentido, quem bolou isso lá em 2001, não fez por fazer. É necessário conhecer as interferências, os usos de recursos hídricos, porque em casos de conflitos o que é de pouca expressão pode passar a ser de expressão maior, como colocou aqui o Conselheiro Clímaco, é importante conhecer as interferências, porque isso tem implicações, do ponto de vista do balanço hídrico, do ponto de vista de resolução de conflitos e etc. Então, isso foi definido lá atrás na Resolução 16. A questão das cargas poluidoras, o Sistema Nacional do Meio Ambiente tem uma visão, nós temos outra visão, e isso é natural, carga poluidora significa o cálculo da vazão de diluição para atender uma classe de enquadramento imposta pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, não há conflito entre esses dois sistemas. Então, vamos repensar o que foi proposto aí nesse sentido. Só estou pontuando algumas coisas para que possamos levar de volta se for à deliberação desse Conselho para a Câmara Técnica para ver o que

podemos avançar a partir daí. Do ponto de vista das instituições a ANA tem a sua Resolução para regularizar as vazões e aí eu gostaria de seguir aqui um procedimento indicado da CTIL, e não falar mais de usos insignificantes, mas das vazões, ou acumulações, ou lançamentos insignificantes, isso foi uma exigência da CTIL, colocou lá, e nós achamos bastante pertinente. Do ponto de vista de retornar para a CTPOAR, é necessário que haja pontuações, se for uma deliberação desse Conselho pode ser via e-mail para a Presidência, ou para a Secretaria Executiva, que possamos apreciar, debater para ver o que pode de fato, se for essa deliberação, amadurecer dentro desse Conselho. Só mais algumas coisinhas pontuadas, uso de pouca expressão após uma deliberação da autoridade outorgante, isso é uma coisa importante. Então, quem trabalha com outorga sabe que é recorrente pedido de testes hidrostáticos, por exemplo, que dura uma semana, dura 15 dias. Do ponto de vista do balanço hídrico, isso pode ser de pouca expressão, é por isso que passa a fazer parte dessa proposta de Resolução. Eu reconheço que é uma proposta de Resolução múltipla que aborda diverso, como ela foi resultado de uma discussão dos Estados, então trouxe para dentro dessa Resolução aquilo que foi demanda dos Estados, ela tentou-se, é uma proposta de Resolução que tenta ter uma abordagem geral, genérica, porque ela foi uma construção coletiva no âmbito da CTPOAR. Existem outras questões específicas, mas acho que não é muito o caso de ficarmos discutindo aqui e sim aguardar a deliberação desse Conselho de Recursos Hídricos. Obrigado.

A SRª PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Bom, primeiramente eu quero só concordar com as palavras do Presidente Vicente Andreu, MP, foi um avanço na sociedade e vemos aí todos os dias exemplos para isso. A referência a ele que precisa ficar bem clara é deixar de que a gestão seja uma coisa de engenharia, e engenharia no sentido de engenhar, e não no sentido de formação de engenheiro; e passar a ser uma coisa legal, e isso ocorreu para quem mexe com licenciamento ambiental, sabe que eu não estou aqui inventando uma realidade. Você tirou a capacidade de engenhar, da capacidade técnica do Órgão Gestor de Meio Ambiente de negociar e ver caso a caso em relação à capacidade de suporte daquele lugar para aquela condição, para aquele lugar, porque tem um artigo tal, o parágrafo tal que diz que você não pode fazer isso. E aí você tirou. Hoje em Minas Gerais, como as licenças ambientais são todas julgadas pelo colegiado, não é feito pelo órgão técnico, o órgão técnico só dar um parecer, quem tiver curiosidade de assistir uma reunião dessas de URCS, que chamamos, são discussões legais, não tem mais discussão técnica, nenhuma. Perdeu o gosto. Quem quer discutir a capacidade de suporte de um aquífero, porque ele é cristalino, não é, perde, você não vai ter isso, porque cai sempre na regra. Então, o meu cuidado foi em relação a isso. Acho que a prioridade do Conselho pode ser revista, esse Conselho pode dizer que não é prioritário mais, isso não é nenhuma causa pétrea, nós podemos rever essa questão. E concordo com o Luiz, não adianta voltar para a Câmara Técnica se não houver exatamente o que está acontecendo, porque está havendo um descompasso claro em quem os acessórios, porque a Câmara Técnica é nossa assessora, ela tem que nos

assessorar. Então, nós não temos nenhum impedimento em rejeitar a assessoria, dizer: você não atendeu o nosso pedido, mas também os nossos assessores precisam receber algum sinal do que estamos falando. Nesse sentido, eu aqui como Conselheira, eu continuo pela rejeição mesmo, eu acho que o tema nós vamos rebater, o tema cai no seguinte problema, cai no problema do local do caso a caso e da engenharia de novo no sentido de engenhar, cai nesse problema, e se o órgão técnico tem uma Resolução, é diferente ele alterar essa Resolução dele diante de um caso concreto que apareceu adiante dele, do que uma Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O órgão outorgante diante de um caso específico, uma capacidade de suporte específica, um empreendimento específico, ele pode alterar a Resolução interna dele, emitindo outra Resolução interna para aquele caso específico, para aquela condição específica. Então, eu acho que esse assunto de uso insignificante é um assunto da gestão local caso a caso, e é um assunto da engenharia de gestão de recursos hídricos, não é um assunto normativo. Eu acho que o Luiz tem toda a razão, voltar para depois chegar aqui e de novo o Conselho não se sentir atendido, perdem eles tempo em tratar questões mais urgentes e perdemos nós também. Então, eu acho que o Conselho deveria refletir sobre essa sua demanda e postergá-la; quem sabe daqui um tempo pode ser que ela até ressurgir, mas nesse momento não, o que estamos vendo. Inclusive até por essa questão de escassez hídrica, está se mudando o tempo todo, o próprio Conselho Estadual de Recursos Hídricos, independente de uso insignificante, está fiscalizando todos os cadastros já num percentual de corte de 30% em bacias específicas, independente se é outorgado ou se não é. Então, nós precisamos pensar com calma em relação a isso. Obrigada.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Bom, não havendo mais nenhuma intervenção solicitada, eu vou colocar em votação a matéria e no caso nós vamos, não há nenhum pedido de supressão de emenda ao texto, existiu uma sugestão do Presidente da ANA de que a matéria fosse retirada de pauta, e que fosse devolvida à Câmara Técnica para que ouvindo sabedora dos comentários aqui feitos pudesse se colocar e quem sabe reexaminar isso tudo ou dar uma outra situação qualquer que fosse. Eu vou pedir que sejam feitos os encaminhamentos agora dessa votação. O que eu detectei aqui do que eu escutei é que existe uma proposta no sentido fazer a retirada de pauta, e a outra opção é fazermos a votação. Então, eu vou pedir o Presidente da ANA que faça o encaminhamento da proposição que ele fez na sua manifestação, no sentido de retirada de pauta para poder orientar a votação.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (ANA) – Eu não conseguiria ser tão absoluto de que a questão de uso insignificante não é uma prioridade do Conselho Nacional. Também não conseguiria não ter uma formulação, Patrícia, no sentido de que você pode delegar totalmente aos Estados, uma vez que você pode ter cargas federais com rios estaduais, cuja diversidade de ampliação sobre uma bacia hidrográfica de carga federal possa ter dificuldades também. Então, você

precisa de algum balizamento sobre o risco de você está jogando para os Estados o potencial de um conflito dentro do Sistema de Recursos Hídricos, e que pode derivar para uma série de outras coisas. Então, eu não compartilho da opinião, a crise hídrica tem demonstrado, o Chicão foi muito feliz em relação a isso. Outra questão também que talvez nem todos tenham conhecimento, mas, por exemplo, independentemente de outorga ou não, de cadastro ou não, nós estamos tendo que trabalhar com a realidade, mas onde nós temos ido em todo o semiárido, nos reservatórios e tudo mais, nós temos que no mínimo conseguir fazer com que aqueles usos sejam cadastrados, no mínimo cadastrados para que depois nós possamos trabalhar, no sentido de ter uma certa organização através das outorgas naquelas bacias. Em alguns casos, nós estamos tendo não é uma redução de 30%, é cortar, e aí é outra realidade, nós fomos trabalhando, por exemplo, de reduzindo em alguns reservatórios, Campina Grande, o boqueirão é um exemplo dele de você ir limitando independentemente do tamanho da propriedade, o tamanho da área irrigada, mas chega num ponto onde você não tem mais essa condição, em tese todos lá somados individualmente, são insignificantes, e não são insignificantes sobre o reservatório a partir de um determinado Estado do reservatório. Também concordo que mandar para a Câmara Técnica sem uma orientação mais clara, também é um problema, mas eu prefiro essa alternativa, porque ela sempre pode retornar aqui e discutirmos, e aprimorarmos, e até fazer um convite para que a Câmara Técnica, ao marcar uma reunião, faça uma convocação especial para pessoas que não integram a Câmara Técnica, mas que desejam discutir esse tema para que possam participar e dar suas contribuições lá, do que fazer uma rejeição pura e simples, que pode levar ao oposto disso, que não tendo uma regulação por parte do setor de recursos hídricos qual é a regra que vale? Aí sim pode parecer à discricionariedade de qualquer agente público nessa direção. Então, é preferível nós fazermos, aprimorar, reconhecer limites, ter sempre uma preocupação na Gestão de Recursos Hídricos, do que imaginar de que a flexibilização, então, no caso a não existência de nenhuma regra possa contribuir melhor para a Gestão de Recursos Hídricos. Então, eu volto a fazer essa solicitação de continuemos aprimorando essa regra e não simplesmente rejeitá-la para um momento futuro onde ela pode ser importante. Hoje com a crise hídrica, as palavras do Chicão, ainda mais do PCJ e outras bacias, Paraíba do Sul, São Francisco, Piranhas-Açu, todas, Parnaíba, todas elas são bacias hoje que tem, se não for no momento como esse, qual vai ser o momento dessa onde essa questão vai ter a relevância que tem hoje. Nós mantemos aqui e pedimos o voto dos conselheiros, no sentido de retirá-la da pauta, remetê-la à Câmara Técnica, mas dentro de um processo mais específico, mas dirigido para que possamos aperfeiçoar essa Resolução.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Agradeço ao Conselheiro Vicente. Se eu bem entendi. Então, temos uma proposta de retirar de pauta e encaminhar com as observações feitas aqui para a Câmara Técnica voltar a examinar o assunto à luz dessas considerações aqui feitas hoje, e outras mais que possam chegar dos conselheiros para a Secretaria Executiva do Conselho, é

isso? Então, estou colocando em votação essa proposição. Aqueles que tiverem de acordo, por favor, levantem os crachás. Agora aqueles que são contrários à proposta feita pelo Presidente da ANA, por favor, levantem seus crachás. Temos um voto contra. As abstenções? Temos três abstenções. Então, vamos retirar de pauta a matéria, nós vamos encaminhar com cópia da ata e todos esses debates aqui para a Câmara Técnica e solicitamos que todas as considerações aqui feitas e aquelas que não foram feitas, mas que podem ser apresentadas pelos conselheiros sejam encaminhadas à Secretaria Executiva do Conselho para que ele possa fazer chegar à Câmara Técnica. Eu vou propor agora uma interrupção dos trabalhos, eu já vi alguns conselheiros se retirando por conta de compromissos que tem de pegar filhos, etc. Então, nós voltamos às 14h30min para retomarmos os trabalhos aqui.

(Intervalo para almoço).

O SR. ROBERTO MONTEIRO (SRH/MMA) – Boa tarde, senhoras e senhores. Vamos, por favor, tomar os seus assentos, seus lugares, para que possamos reiniciar a nossa reunião do Conselho. Muito obrigado.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Boa tarde. Então, nós vamos dar continuidade a nossa reunião do Conselho, 22ª, entrando no item 4 da pauta, que é apreciação do relatório final do Grupo de Trabalho, esclarecimentos sobre o Plano de Recursos Hídricos em regiões que contenham trechos de zona costeira criado no âmbito da CTIL durante a 22ª Reunião Ordinária do CNRH. Vou conceder a palavra ao doutor Marcelo Medeiros, diretor do Departamento de Recursos Hídricos do MMA, que fará um breve histórico do tramite da matéria no CNRH, e que deverá esclarecer sobre o seu histórico e suas conclusões.

O SR. MARCELO MEDEIROS (DRH/MMA) – Boa tarde a todos. No material que nós enviamos aos senhores consta o relatório sobre essa proposição, então, vou fazer só algumas observações sobre o relatório. Eu vou fazer um histórico, porque é uma tramitação longa, a primeira vez que apareceu no plenário foi em 2008, foi no dia 27 de março de 2008, na 19ª Reunião Ordinária, em que a CTCOST apresentou uma proposta de resolução, vou até ler, porque ela é bem cumprida, que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídos nos planos de recursos hídricos e regiões que contenham trechos da zona costeira. Essa, durante a reunião, vocês podem ler no relatório, houve um pedido de parecer pelo secretário-executivo do Conselho na época, que mandou a proposta antes de ser definitivamente apreciada pelo plenário, à câmara do plano e a câmara de procedimentos de outorga, porque ele achava que elas deveriam ser ouvidas antes da apreciação dos conselheiros. A câmara de outorga acabou não fazendo

1559 a apreciação, porque ela entendeu que não havia interferência sobre o ato de
1560 outorga, na proposta, mas câmara do plano fez algumas considerações, montou
1561 um parecer técnico e devolveu isso para a CTCOST. A CTCOST se reuniu mais
1562 algumas vezes e no fim, no próximo ano, dia 28 de outubro de 2009, ela
1563 encaminha para uma reunião extraordinária do Conselho, uma proposta de
1564 resolução alterada, só que nessa reunião houve um pedido de vistas, o pedido de
1565 vistas foi apreciado dois meses depois, tivemos uma reunião ordinária em
1566 dezembro, você teve a apreciação do pedido de vistas, e, nessa reunião também
1567 não se votou a resolução, decidiu-se criar um Grupo de Trabalho, porque durante
1568 o andamento do julgamento da Resolução houve alguns, faltaram alguns
1569 entendimentos sobre a matéria. Então, o plenário decidiu criar esse Grupo de
1570 Trabalho justamente para esclarecer esses problemas, que era prestar
1571 esclarecimentos técnicos, jurídicos, institucionais necessários para dirimir qualquer
1572 dúvida a respeito das competências do Conselho, para dispor sobre o assunto, e
1573 se for o caso, propor nova resolução ou outro encaminhamento adequado. Isso
1574 está na ata da resolução do Conselho dessa data. Esse Grupo de Trabalho, na
1575 hora que foi aberta a inscrição, 59 pessoas se inscreveram, vou lembrar que nós
1576 temos 57 conselheiros, mas na época 59, nem todos participaram, pouco mais da
1577 metade dessas pessoas que se inscreveram participaram ao longo das seis
1578 reuniões que tiveram desse Grupo de Trabalho. E, mesmo o Grupo, ele tinha um
1579 prazo, que era até 30 de junho de 2010 para poder apresentar esse objetivo, fazer
1580 a entrega deles, tivemos essas seis reuniões, elas foram entre 2010 até agosto de
1581 2011. Só que depois de 2011, não houveram mais reuniões do grupo, a matéria foi
1582 algumas vezes apreciada da CTIL, mas sem conclusão também. Mas, em
1583 dezembro de 2012, nós tivemos a Resolução 145, que ela mexe com essa
1584 primeira resolução da CTCOST, porque justamente a resolução que após a 17,
1585 nós voltamos a dar um novo ordenamento dos planos de recursos hídricos, e ela
1586 tem um artigo muito interessante nela, que coloquei na apresentação, que é o que
1587 da flexibilidade ao Comitê e ao Órgão Gestor para decidiram, no final das contas,
1588 o conteúdo do Plano, porque, até então, tínhamos uma receita de bolo para seguir
1589 de plano, tínhamos tanto o diagnóstico, cenários, prognóstico e as diretrizes e
1590 metas, mas com essa resolução, eu passo a dar um poder muito maior ao Comitê
1591 que é decidir o melhor conteúdo ou o conteúdo que ele acha mais adequado ao
1592 plano. O que inclui, se necessário, ou se o Comitê julga necessário, articulação
1593 com a gestão costeira e os estudos que são necessários, ao mesmo tempo, um
1594 dia depois que nós tivemos a reunião no dia 12, no dia 13, nós temos outra
1595 reunião que aprova a Resolução 148, que é aquela que fala do Programa Nove,
1596 nós vamos falar de novo do Programa Nove, que é justamente o Programa Nove,
1597 que ele é responsável por prover a integração entre gestão de recursos hídricos e
1598 gestão costeira. O que acontece depois disso? Em 2013, nós assumimos a
1599 Secretaria, e o assunto estava parado, nós decidimos que isso deveria ser
1600 concluído ou pelo menos deveria ser analisada e posta uma conclusão para a
1601 apreciação do Conselho. Então, nós pedimos, logo no final de 2013, a pessoa
1602 coordenadora do Grupo de Trabalho, que consolidasse o resultado dessas seis
1603 reuniões e o que foi apresentado nas reuniões da CTIL para montar esse relatório
1604 final, que é esse que foi enviado a vocês. No dia 25 de fevereiro agora, nós

entregamos esse relatório na CTIL e ele foi apreciado na CTIL, que julgou pelo encaminhamento ao Conselho, eu tinha que contar essa história, porque desde 2008 que isso ia se prolongando. E o que tem essencialmente no relatório? Há que se pesar isso que eu falei, que entre terminar o relatório e o momento que se dá origem a um Grupo de Trabalho ou mesmo a própria resolução, nós tivemos uma alteração muito grande na estrutura dos planos, nós temos esse novo poder de articulação e de conteúdo dentro dos planos, que não se tinha na época. Há o entendimento dentro do relatório, que concordamos na Secretaria, que é necessário para se ter maior clareza, você aguardar o detalhamento do Programa Nove ou a sua implementação, porque grande parte das ações que estão dentro do Programa Nove e seus subprogramas, eles suprem as lacunas que a própria resolução tentou preencher, e não joga isso a cargo do Plano de Bacia, até porque, nós que já mexemos com Plano de Bacia, as diversas ações que são da gestão costeira, que se tentou colocar nessa proposta de Resolução, isso encarece por demais o próprio Plano de Bacia, análise de corrente, análise de contaminação de corrente, isso são valores altíssimos, e não existe dado primário sobre a maioria dessas ações, tem que ser construído. Então, você pode inviabilizar a construção de um Plano de Bacia pelo encarecimento, e a resolução da maneira que ela é colocada, ela engessa os planos, porque ela dizia que todo plano deveria ter isso, que tivesse uma área costeira, são quase todos os planos, nós teríamos que agregar novos estudos para se concluir os planos. Isso se torna pior em estados onde você tem uma grande diversidade de bacias estaduais que desaguam no mar diretamente ou que são mais litorâneas do que interiores. Então, você agrega um alto valor. Então, essa é a primeira conclusão do relatório, é que se deve aguardar a implementação do Programa Nove, porque o Programa Nove vai suprir essas lacunas de conhecimentos, que há épocas se tentou colocar para ser respondido pelo Plano de Bacia. E a segunda conclusão em cima disso, é recomendar não aprovar essa proposta de resolução, esse é o conteúdo do relatório, o pedido final é esse, que não se aprove a proposta de resolução. Eu devo lembrar que essa proposta já teve um pedido de vistas em 2009, então, não se cabe mais pedido de vista, o que cabe a nós, agora, é decidirmos o destino final dessa resolução.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado pela apresentação. Eu vou abrir a palavra para quem quiser se manifestar. Conselheiro João Clímaco pediu a palavra.

O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não Governamentais) – Boa tarde novamente. Certamente, nós estamos sempre pedindo a nossa participação em cada item desse, porque de fato o nosso segmento acompanha assiduamente cada tipo de discussão que está sendo feita nas Câmaras Técnicas, e, esse aí, por sinal, não é um assunto de nosso desconhecimento e ausente da nossa participação. Só que nós temos uma leitura muito particular em relação a essa questão, porque não se passa pela ideia de

1651 aprovar ou não resolução, e, sim, da forma como se leva a sério um problema. Eu
1652 nunca vi uma condução de um processo tão expressivo no sentido de expressar
1653 como se pode fazer desse Conselho um lugar para não resolver nada, ou para
1654 postergar, ou para iludir, ou para encobrir um problema. Todos no Brasil, até a
1655 pessoa mais leiga do mundo sabe que nós estamos vivendo uma necessidade
1656 extrema de fazer com que nas regiões litorâneas haja realmente gestão de
1657 recursos hídricos pautada em parâmetros legais e referências, que já está na
1658 nossa Constituição, na nossa Lei, mas depois que esse negócio virou um assunto
1659 do Conselho, só tem servido para desnudar o Conselho, desnudar a forma de
1660 como se não pode usar o Conselho para não se fazer nada ou impedir de se fazer
1661 alguma coisa. A questão não é aprovar ou não aprovar, o que está em discussão
1662 na resolução que teve aqui, porque o que houve até então, foi várias formas de
1663 escamoteamento de um problema, por exemplo, a água, é muito difícil você fazer
1664 isso com a água, com os rios, porque são coisas muito fortes na vida das pessoas,
1665 você vê na merenda escolar uma série de eventos que mostram que as pessoas
1666 maquiam a política de merenda escolar, maquiam a política de segurança pública,
1667 todas elas há um jeito burocrático de se maquiar, mas quando se mexe com água,
1668 cada dia que passa, esse Conselho está evidenciando que isso não é uma coisa
1669 fácil e as pessoas terminam ficando nuas. Quando cheguei aqui, há uns oito anos,
1670 eu via vocês, a maioria dos senhores vestidos, agora, estou vendo vocês quase
1671 nus, porque cada vez que aprovamos um absurdo aqui, nós ficamos mais nus, é a
1672 água que faz isso, quando se toma banho, sai um bocado de coisa da nossa pele,
1673 inclusive a roupa, essas resoluções servem para isso. Eu não concordo com a
1674 forma como foi conduzida, a CTCOSR está fazendo esse conselho nu e está
1675 fazendo evidenciar uma série de limitações estruturais desse Conselho, essa
1676 CTCOST está mais de dois anos sem se reunir, e é a única Câmara onde se
1677 evidencia muito mais claramente a tática de não resolver as coisas, não reunir,
1678 para poder garantir interesses consolidados ou não mudar os interesses que estão
1679 consolidados em torno da água. Hoje, o estuário do Rio Doce está vazio, um rio
1680 costeiro de extrema importância econômica lá na foz do Rio Doce está vazio, não
1681 tem água. Nós estamos sofrendo uma série de questões climáticas que estão
1682 influenciando também, não só no Rio Doce, vários rios, mas lá está vazio. O que eu
1683 quero dizer com isso é o seguinte, particularmente, o nosso segmento se sente
1684 desonrado de ver essa situação andar para frente do jeito que está, é uma
1685 cumplicidade que nunca tivemos e nunca vamos ter em aceitar esse relatório, que
1686 é exatamente mais um jeitinho de botar o problema dentro de uma caixinha
1687 burocrática, como se isso fosse viver o problema, existe problemas seríssimos na
1688 gestão das bacias hidrográficas na área estuarina, e, isso merecia voltar para a
1689 CTCOST para retomar, não a forma, a resolução, esses artifícios que nós
1690 arrumamos para não fazer o Estado funcionar, mas realmente discutir os
1691 problemas que têm na Zona Costeira. Aí, se inventa: Tem que ter Programa Nove,
1692 Programa Nove está pouco se lixando para os dramas que está tendo a população
1693 na beira do rio das regiões costeiras, Programa Nove é uma abstração burocrática
1694 teórica da cabeça, que se criou para facilitar viver nesse estado às vezes
1695 incompetente nesse assunto. Eu peço a essa plenária, que esse assunto volte
1696 para a CTCOST e sirva de meio para ressurgir a CTCOST e ela cumprir a sua

função legal, e não ficar sendo escamoteada, enrolada ou arrumar um jeito de inventar um artifício burocrático, Programa Nove, dez, onze, e os problemas reais existem. Então, essa, nós não aprovamos esse relatório, esse relatório é um meio para se enganar mais uma vez um problema. Eu acho que deveríamos dar valor a CTCOST, mudar aquela presidência que se mostrou extremamente sensível às pressões para que ela não funcionasse, nós votamos numa pessoa que não deu certo, dois anos que essa câmara está sendo, e é bom que ela não funcione, parece que a lógica é não funcionar a CTCOST, embora, ela está cheia de atribuições legais para ela. Eu peço que esse Conselho não me ajude, não se ajude a tirar a sua própria roupa mantendo essa hipocrisia, vamos botar a CTCOST para funcionar e dar um jeito no problema dos instrumentos de gestão na beira do litoral brasileiro e fazer com que o Estado funcione, sua Lei funcione, e não usar o Conselho para não se legalizar a política de água na região costeira. Eu sinto-me desonrado e envergonhado de ter participado disso e ter visto, nós passarmos por isso, mas eu também não sinto-me sem dormir não, porque eu tenho falado isso a todo o tempo, a CTCOST tem que voltar a trabalhar, secretário, e, achamos que isso aqui é mais uma enrolada que foi feita para sepultar a CTCOST e sepultar os problemas que a CTCOST discute.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Muito obrigado. Alguém mais que fazer uso da palavra? Então, eu tenho aqui uma proposta que o conselheiro João Clímaco apresentou, alternativa a proposta do relatório do grupo de trabalho. Ele propõe que em vez de rejeitar a resolução e devolver para Câmara Técnica, apenas se devolva para a Câmara Técnica. Eu vou colocar em votação a alternativa apresentada pelo conselheiro João Clímaco, porque se ela for rejeitada, nós vamos votar depois a proposta original. Ok? Então, está em votação a matéria, e eu peço que aqueles que estão de acordo com a proposta do conselheiro João Clímaco, de devolver para a Câmara Técnica, levantem... Já botei em votação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – O encaminhamento que foi apresentado é da rejeição da proposta, o conselheiro João Clímaco veio aqui e pediu que fosse discutido uma alternativa de devolução para a Câmara Técnica do plano, como foi feito na resolução anterior. Perdão?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Só um instante, vocês vão votar.

O SR. MARCELO MEDEIROS (DRH/MMA) – O processo é muito antigo, as pessoas não vão se lembrar, devia ter falado isso antes, a Câmara Técnica, esse relatório não é da Câmara Técnica, quando ela veio a plenário, que teve o pedido de vista, o Conselho no plenário criou o grupo de trabalho, por conta do Regimento na época e isso se mantém no nosso Regimento atual, quando o Conselho cria um grupo de trabalho, ele tem que vincular uma Câmara Técnica, esse Conselho foi vinculado a CTIL. Então, houve seis reuniões do grupo técnico e eventualmente algumas reuniões da CTIL que trataram do assunto. Então, a CTIL já apreciou o relatório, ela aprovou e mandou para cá para ser votado finalmente pelo Conselho, mas esse não é o parecer da CTCOST, esse é um grupo de trabalho da plenária do Conselho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Esse assunto é muito antigo aqui, e, precisa ser resolvido um dia, não achamos que isso possa ficar a vida inteira guardado em um arquivo. Esse Conselho já se manifestou em outras ocasiões que tinha muitas reservas quanto a essa resolução, porque ela tinha contradições com a sistemática de fazer plano de recursos hídricos, depois disso houve duas resoluções que foram aprovadas, uma nova resolução sobre a elaboração de planos de recursos hídricos que deixou de estabelecer um conjunto de regras e disse: É preciso que haja uma negociação entre o comitê e o órgão gestor, eles definiram o escopo desse plano de recursos hídricos, e saiu também uma resolução sobre o Programa Nove, que diferentemente do que o João Clímaco disse, é um programa que visa promover a integração da gestão costeira com a gestão de recursos hídricos e faz parte do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Esse programa precisa ser implementado, e, como é verdade também que a Câmara Técnica de Gestão Costeira não se reúne, e, é verdade também que ficou esse assunto aberto, nós precisamos dar uma resposta para a Câmara Técnica, essa resposta pode ser: Estamos devolvendo essa resolução para que você reestude à luz do Programa Nove e defina, à luz da nova resolução sobre planos e defina como você vai conduzir esse processo de maneira integrada, esse é um caminho. O outro é rejeitamos essa resolução e a Câmara Técnica começa a trabalhar de novo, porque ela está paralisada há três anos, precisamos fazê-la trabalhar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Tem demanda sim, e a demanda principal seria implementar o Programa Nove, que é o grande tema

1789 da gestão de recursos no Plano de Recursos Hídricos relativo a gestão costeira.
1790 Então, tem, e eles podem criar também as suas demandas e trazer para nós, o
1791 fato é o seguinte, eu acho que precisamos resolver esse assunto, nós temos que
1792 sair daqui com uma solução, há duas propostas aqui colocadas hoje, uma do
1793 grupo técnico se reuniu, fez várias discussões e várias reuniões, foi aberto, foi
1794 composto por vários representantes e conselheiros aqui, e no final das contas
1795 produziu esse documento que historia, eu acho que é um documento bem
1796 elaborado e que historia os fatos e faz uma proposição. Conselheiro João Clímaco
1797 tem uma visão diferente, veio aqui e disse: Eu acho que devemos devolver isso
1798 para que o processo volte a sua origem e essa Câmara Técnica possa trabalhar
1799 sem nada pendente, porque há uma pendência no caminho, ele tem uma
1800 proposta, tem a outra proposta, o que temos que fazer aqui é decidir entre uma e
1801 outra. Então, estou colocando em votação, já abri a votação, só estou aqui
1802 fazendo esclarecimento por causa da questão de ordem que o conselheiro Paim
1803 levantou, para que possamos votar a alternativa de conselheiro João Clímaco, e
1804 se nós rejeitarmos vamos votar essa alternativa aqui. E é isso. Ok? Vou colocar
1805 em votação a alternativa do conselheiro João Clímaco, que é devolver para a
1806 CTCOST para que ela reinicie esse processo de elaboração das suas temáticas,
1807 das suas discussões. Quem estiver de acordo com a proposta do conselheiro
1808 João Clímaco, de devolver para a CTCOST, por favor, levante seu crachá. Um voto.
1809 Então, a proposta do conselheiro João Clímaco não foi acolhida. Agora, eu vou
1810 colocar em votação a proposta do parecer do grupo de trabalho que propõe a
1811 rejeição desta proposta e a Câmara Técnica de gestão costeira comece um
1812 trabalho novo para poder organizar a integração de gestão de recursos hídricos
1813 com gestão costeira através do que ela entender que é importante fazer. Eu
1814 gostaria até de fazer um pequeno comentário, nós temos muitos problemas de
1815 integração de gestão costeira com gestão de recursos hídricos, só o caso do rio
1816 Guandu no Rio de Janeiro, onde tem dez metros cúbicos por segundo em
1817 discussão numa bacia que está faltando água e é usada para empurrar cunha
1818 salina, é um belo exemplo de discussões que tem que ser travados. Então, vou
1819 colocar em votação, quem está de acordo com a rejeição, por favor, levante os
1820 seus crachás. Pode baixar. Quem não está de acordo com a proposta que está
1821 aqui apresentada de rejeição, por favor, levante o crachá. Nenhum voto. Quem se
1822 abstém? Nenhum voto. Então, a proposição do grupo de trabalho é de rejeição da
1823 resolução da Câmara Técnica e devolução para que eles possam agora trabalhar.
1824 Nós vamos inclusive, à luz dos comentários aqui feitos, fazer uma reunião com a
1825 nova Câmara Técnica que vai ser instalada a partir dessa eleição, no sentido de
1826 estabelecer prioridades para eles à luz da crise hídrica, à luz de todo esse
1827 passado, e se o João Clímaco tiver sugestões a fazer, nós estamos prontos para
1828 acolher. Nós temos agora como item 5 desta pauta, a apresentação da proposta
1829 de alterações da Lei 9433 de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional
1830 de Recursos Hídricos e cria o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o
1831 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos pelo representante da
1832 Câmara dos Deputados, ele foi chamado e está a caminho. Então, eu vou propor
1833 um pequeno recesso para que ele possa chegar aqui e fazer a sua apresentação.

Já chegou? Está na portaria. Retiro o recesso ficamos todos quietinhos aguardando ele chegar.

(Pausa).

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Então, eu gostaria de convidar o Dr. Mauricio Morato para chegar aqui a frente, e gostaria de dizer que Dr. Maurício é colega, trabalhei com ele no passado algumas vezes e tenho a satisfação de apresentá-lo aqui, tem mestrado, doutorado e está atuando hoje num grupo, Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados, e nesse processo do Cedes, ele realizou uma série de reuniões a pedido do deputado Inocêncio de Oliveira primeiro, depois do deputado Lúcio Vale, e, com base nisso, nessas reuniões todas, ele organizou um relatório que nós colocamos ali fora para distribuição para os senhores e veio hoje fazer uma apresentação, discutir e esclarecer, responder perguntas aqui sobre essa proposição. Então, por favor, Dr. Mauricio, tem aqui o microfone, o púlpito, é todo seu.

O SR. MAURICIO MORATTO (Cedes) – Boa tarde a todos. Gostaria de pedir desculpas pelo ligeiro atraso, mas acho que não comprometeu muito, tenho 20 minutos, eu vou fazer, discorrer brevemente sobre o que foi esse estudo, instrumento de gestão das águas e o projeto de lei dele derivado, que nós vamos ver alguns pontos principais então. Por favor. O Centro de Estudos e Debates Estratégicos é um órgão da Câmara dos Deputados, em que é um órgão até muito interessante, porque é um local onde são discutidos temas que são considerados estratégicos para o País, e o interessante dele é que as discussões lá se fazem principalmente do ponto de vista técnico, porque não há aquele embate político, cada um querendo puxar a sardinha para o seu lado, não, é um centro em que os assuntos mais relevantes para a nação são discutidos, então, ao mesmo tempo são discutidos cinco temas, no caso, esse estudo começou no segundo semestre de 2012, quando ele ainda se chamava Conselho de Autos Estudos, com a definição do tema, os levantamentos dos projetos de lei que estavam em tramitação sobre recursos hídricos na Câmara dos Deputados, e com a palestra de três técnicos da Agência Nacional das Águas, que foram falar sobre instrumentos específicos. No primeiro semestre de 2013 ocorreu uma reestruturação desse Centro, ele deixou de ser o Conselho de Autos Estudos e se tornou Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Então, com essa reestruturação houve uma reavaliação do estudo e se propôs na ocasião que se formasse um grupo de trabalho com técnicos da ANA, para que pudéssemos desenvolver e ver o que poderia ou não ser mudado na Lei das Águas, que poderia ajudar no melhor gerenciamento dos recursos hídricos, infelizmente essa proposta não foi adiante. Aí, no segundo semestre teve-se essa ideia de fazer uma consulta aos membros do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, é bem provável que a maioria de vocês ou grandes parte de vocês tenha recebido, foi um ofício

1880 que foi enviado por e-mail, então, nós não tivemos o controle se recebeu ou não
1881 recebeu, se recebeu dobrado ou não, mas foram enviados mais de 500 e-mails
1882 para integrantes do SINGREH, segundo a lista que nos foi passada pela ANA, a
1883 ANA que nos forneceu a lista de e-mails para quem poderíamos destinar, isso foi
1884 feito em agosto de 2013. Foi dado então um prazo de um mês para que o pessoal
1885 pudesse responder sobre sugestões, depois esse prazo foi estendido mais um
1886 mês, e, a expectativa era que houvesse uma boa recepção, mas, infelizmente, por
1887 algum motivo ou por outro, nós não recebemos muitas respostas, nós vamos dar
1888 uma geral ali sobre o que nós recebemos, por favor. Então, na verdade, nós só
1889 recebemos 25 respostas formais, então, mais ou menos, nós estimamos que
1890 tenham recebido cerca de 250, então, seria mais ou menos dez por cento do que
1891 foi enviado, porque tinha muita duplicidade, tinham pessoas que receberam mais
1892 de uma vez, e tem alguns que não receberam porque estava com a caixa cheia ou
1893 de férias, ou quaisquer outros motivos. Além dessas 25 respostas formais, houve
1894 quatro respostas informais, são pessoas que me ligaram pessoalmente ou me
1895 mandaram e-mail no meu e-mail particular dizendo que tinham sugestões, mas
1896 que não gostariam que os nomes fossem revelados. Então, essas respostas
1897 também foram integradas ao total. Das 25 respostas formais, a maioria se mostrou
1898 contra alterar a Lei das Águas e apenas quatro ofereceram propostas concretas
1899 de modificação, e as quatro respostas informais também foram quaisquer
1900 mudanças por elas poderem significar um eventual retrocesso nas conquistas. O
1901 que aconteceu? Nessa época aí, foi 2013, segundo semestre de 2013, nós
1902 tínhamos acabado de sofrer aquela modificação no Código Florestal, então havia
1903 uma preocupação muito grande que a Lei Ambiental, no caso a Lei de Recursos
1904 Hídricos, pudesse piorar, ou seja, pudesse mudar para pior e que os seus termos
1905 mais estruturais, tipo a gestão descentralizada, a gestão por bacias e diversos
1906 outros aspectos que a Lei contém, pudessem sofrer um retrocesso. Então, eu
1907 acredito que grande parte dessas respostas pela não modificação da Lei vieram
1908 exatamente dessa experiência desagradável que nós tivemos com o Código
1909 Florestal. Por favor. Outras alegações foram de que se há necessidade de
1910 mudança, não é nos instrumentos, não é na Lei 9433, que sabemos que é uma Lei
1911 mais conceitual, mas na regulamentação dela, nas resoluções do CNRH e
1912 portarias da ANA e etc. E o fórum adequado para discussão seria aqui, seria o
1913 Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os conselhos estaduais de recursos
1914 hídricos, para permitir maior participação dos setores interessados. E a outra
1915 alegação também muito citada foi que a implantação dos instrumentos é lenta
1916 mesmo, e, sabemos que é. Então, e foi dado até o exemplo da Política Nacional
1917 de Meio Ambiente, que a Lei 6938, ela elenca mais de dez instrumentos que nós
1918 sabemos que grande parte deles ainda não está totalmente ou nada implantada
1919 hoje em dia, com exceção do licenciamento ambiental e alguns outros, têm alguns
1920 instrumentos que ainda estão capengas, uma Lei que já tem mais de 35 anos, já
1921 tem 34 anos. O que foi enfatizado é isso, é o caráter democrático, participativo e
1922 negocial da Lei. Então, isso tudo torna a Lei muito difícil de ser implantada em
1923 curto prazo, e é o que nós temos verificado nesses 18 anos da Lei. Por favor.
1924 Então, chegou ao primeiro semestre do ano passado, o presidente Inocêncio
1925 Oliveira falou: Temos que encerrar esse estudo já agora no meio do ano, porque

1926 outros temas precisam ser abordados. Então, nós concluímos, além daquela
1927 pesquisa que foi feita, nós concluímos com mais cinco palestras que
1928 consideramos que seria importante você verificar a opinião de pelo menos um dos
1929 usuários, que seria talvez o mais importante, a CNI, e experiências de comitês de
1930 bacia e pessoas da Academia da Universidade também, que pudesse dar seu
1931 depoimento. Então, foram aqueles cinco convidados para proferir as últimas
1932 palestras. No segundo semestre de 2014 foi elaborado o relatório final de estudos
1933 e propostas legislativas de um Projeto de Lei e uma indicação. Qual é a situação
1934 atual? Propôs-se um Projeto de Lei com modificações pontuais da Lei das Águas,
1935 quer dizer, aí, vocês me perguntam, porque então foi proposto um Projeto de Lei?
1936 A primeira coisa é o seguinte, nós não podemos retirar do Congresso Nacional o
1937 poder que tem de legislar, e a vontade dos deputados era que se fizesse um
1938 projeto de lei, e alguns deles até queriam que mudasse bastante a Lei das Águas,
1939 e eu tive que argumentar tecnicamente, que isso, a Lei é muito nova e tem todos
1940 aqueles aspectos que já ressaltai, que fazem com que a implantação seja lenta,
1941 volta e meia vinha deputado falando: Porque na França são recolhidos mais de um
1942 bilhão de reais em termos de bacias hidrográficas, que são aplicados, aqui no
1943 Brasil recolhemos anualmente 100, 150 milhões, não pode, não sei o quê. Falei:
1944 Não pode comparar o Brasil com a França, a França é um Estado unitário, a lei
1945 francesa tem 50 anos, quer dizer, é uma experiência muito maior que a nossa,
1946 tanto que a nossa tomou aquela como exemplo, e a nossa situação, nós sabemos,
1947 temos problemas de rios, rios da União, rios dos estados, e etc., e os próprios
1948 entraves da federação, a questão da Lei de Licitações e etc. Então, a nossa
1949 situação realmente é muito mais difícil do que a França encontrou para implantar
1950 esse sistema, e é uma das razões porque muitos consideram que a Lei está sendo
1951 implantado com muita vagarosidade, o que eu acho que não é, que é normal.
1952 Muito bem, então, no final do estudo também, aconteceu a já famosa crise hídrica
1953 no final do ano passado, e isso não estava previsto no estudo, mas o relator
1954 solicitou que eu agregasse um capítulo relativo a essa crise hídrica, porque
1955 quando começamos o estudo em 2012, nós não tínhamos esse problema, isso foi
1956 acontecer já em 2014, e em função dessa própria crise hídrica, algumas
1957 comissões foram formadas, e, hoje estão em andamento na Câmara dos
1958 Deputados, como a Comissão Especial da Crise Hídrica, tem outra também que é
1959 uma comissão que está estudando a questão da transposição do São Francisco, e
1960 tem uma terceira comissão que está estudando a água como direito social. Então,
1961 quer dizer, só relativamente ao tema água, você tem hoje três comissões
1962 especiais funcionando na Câmara dos Deputados. Então, esse estudo ficou pronto
1963 agora, foi editado e publicado no início desse ano, foi lançado oficialmente no dia
1964 06 de maio, até uma representante da ANA esteve lá onde foi feita a entrega
1965 oficial do volume para eles, volume que vocês viram ai fora, e o Projeto de Lei
1966 1907 deu entrada na Câmara dos Deputados em 12 do seis, ou seja, 12 desse
1967 mês, há duas semanas. Até conferi agora antes de vir para cá, se houve alguma
1968 modificação, ainda não houve, está lá para o presidente designar as comissões
1969 que vão apreciá-lo, ainda não se sabe quais comissões serão essas, certamente
1970 de Meio Ambiente será uma delas, não sei se a de Minas e Energia será incluída,
1971 não sei se Agricultura será incluída. Então, vai depender do despacho que der o

1972 presidente. O projeto então está em nome de Lúcio Vale, Lúcio Vale é o atual
1973 presidente do Cedes, e o deputado Feliz Mendonça Júnior que foi o relator do
1974 processo, a quem nós estamos aqui representando, estamos eu e o Paulo Motta,
1975 Paulo, você podia levantar um pouco para nós, o pessoal te ver aí. O Paulo é o
1976 coordenador de articulação institucional do Centro. Então, nós estamos aqui
1977 representando os deputados cujo nome está o Projeto de Lei. Então, vamos
1978 passar para a segunda parte, que seria o quê? Quais são as principais propostas
1979 desse Projeto de Lei? Como eu falei com vocês, de todas as formas tentamos
1980 convencer os deputados que não alterassem os pontos básicos da legislação, e,
1981 pelo menos nesse aspecto conseguimos, vocês vão ver que são apenas
1982 propostas de alterações pontuais da Lei, que não altera em nada as
1983 características básicas da Lei, mas que procuram suprir algumas lacunas que não
1984 só eu, isso aí é o resultado, queria deixar isso claro para vocês, isso é o resultado,
1985 essas propostas são resultados de todas as palestras que foram feitas, das
1986 propostas que foram encaminhadas por aqueles que achavam que podiam mudar
1987 alguma coisa, porque mesmo que a pessoa falava: Olha, eu acho que não deve
1988 alterar a estrutura da Lei, mas se for modificar podia fazer isso e aquilo. Então, o
1989 que foi feito foi exatamente no final desse estudo foram analisadas todas as
1990 propostas que chegaram até nós por uma comissão de quatro, cinco pessoas, e,
1991 aí, nós fomos vendo, essa aqui dá, essa aqui não dá, essa aqui do ponto de vista
1992 jurídico não dá, essa aqui do ponto de vista técnico não dá, e passaram essas aí,
1993 passaram, eu digo, que não houve óbvio um consenso entre os membros dessa
1994 comissão que analisou essa parte final, mas, grande parte delas concordou com
1995 essas propostas. A primeira delas é estipular que a água além de recurso natural
1996 limitado dotado de valor econômico lá no Artigo 1º, ela também possui valor social
1997 e ambiental, nós sabemos que a Lei das Águas, o objetivo dela principal foi
1998 estabelecer o valor econômico das águas, mas nos tempos de hoje, em que o
1999 objetivo nosso é a sustentabilidade, o tripé da sustentabilidade está baseado não
2000 apenas na questão econômica, mas também ambiental e social. Então, julgou-se
2001 que seria interessante incluir essas duas dimensões também naquele inciso ou
2002 parágrafo, não sei, do Artigo 1º, em que diz que a água é dotada de valor
2003 econômico. A outra proposta prevê a gestão dos recursos hídricos respeite o
2004 princípio da subsidiariedade, e, isso é um princípio óbvio que já tem em várias
2005 normas ambientais, mas não estava expresso na Lei das Águas, que é um
2006 problema que possa ser resolvido ou um conflito que possa ser mediado num
2007 âmbito menor, ele deve ser, ao invés de ser levado para um âmbito maior. E,
2008 proporcione a cooperação da água e estimule a sua proteção contra degradação e
2009 desperdício, isso é mais em função de um aspecto que nós consideramos que é
2010 uma das principais ameaças à Lei, é a Lei não conseguir responder a essas
2011 questões de hoje, essas questões conjunturais, algumas vezes, outras vezes não,
2012 mas que são, por exemplo, a crise hídrica, que são eventos de poluição e etc., ou
2013 seja, você não ter água disponível em qualidade e quantidade para os usos que
2014 dela se esperam, isso, eu acho que realmente temos que prestar muita atenção
2015 nisso, porque é um fator que leva a Lei ao descrédito. Então, nós temos que
2016 prestar uma atenção maior nisso aí. Então, do ponto de vista conceitual foi
2017 inserido aí e mais para frente vamos ver alguma coisa mais incisiva. Incentivar o

reuso das águas, também pode pegar a Lei inteira, você não vê nessa Lei, você vê na Lei de Saneamento, mas nessa daí, você não vê em nenhum local que deve haver o incentivo o reuso das águas, eu sei que já tem, nós todos sabemos que já tem uma resolução do CNRH que versa sobre isso, mas na própria Lei não tem esse incentivo ao reuso, e, hoje em dia, nós sabemos que cada vez mais nós vamos ter que fazer o reuso das águas em função de que está cada vez mais caro você buscar água longe para abastecer, principalmente as grandes metrópoles. Outro aspecto é regular as condições de entrega das águas de afluentes para rios principais em termos de vazão e qualidade, também já há resoluções sobre isso, mas pensou-se que deveria ser colocado isso na Lei, não como uma resolução, mas como um dispositivo da Lei das Águas. Por favor, o próximo. Integrar a gestão dos recursos hídricos com a das águas minerais, isso é um aspecto importantíssimo, nós todos sabemos que águas minerais, hoje, elas são reguladas pelo Código de Mineração, e não pela Lei das Águas, e, isso provoca conflitos, nós, muitas vezes vemos conflitos que ocorrem com a comunidade, porque, às vezes, a comunidade não tem acesso ao processo de licenciamento desse bem mineral, vamos dizer assim, mas que também é um recurso hídrico que merece respeitar, observar não apenas a questão de vazão ou outras coisas, substâncias minerais que compõem a água, mas também respeitar aquele ambiente em que ela ocorre. O que a comunidade pensa daquilo ali? É melhor explorar aquela água ou é melhor se dedicar a outras atividades como turismo, e etc. Então, de alguma forma, previu-se na Lei que tem que haver uma integração da gestão dos recursos hídricos com a das águas minerais, e, essa é muito oportuna, inclusive porque sabemos que está sendo discutida, hoje, no Congresso Nacional, a alteração do Código de Mineração, então, seria uma oportunidade para tentar casar as duas leis. Incluir a educação ambiental como instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, sabemos que foram previstos seis instrumentos, um dos quais foi vetado pela Presidência da República, e, ficou faltando, no entendimento nosso lá geral, de que a educação ambiental deveria ser também considerada um instrumento de Política Nacional de Recursos Hídricos. Estão lá previstas a forma como isso vai ocorrer. Prever o monitoramento da água subterrânea em áreas com risco potencial de contaminação e adoção de medidas de proteção dos aquíferos. Esse é um ponto muito importante também, que nós sabemos, hoje em dia, que as águas superficiais, todos veem, quando acaba, quando é poluída, a olhos vistos nós vemos, e, no entanto, a água subterrânea, hoje, nós estamos deplecionando, contaminando, e, nós, muitas vezes, nem estamos nos dando conta disso. Não sei se vocês viram, parece que há uma ou duas semanas atrás, saiu um estudo de técnicos da NASA dizendo como está ocorrendo o deplecionamento, não sei se é vinte e tantos ou trinta e tantos reservatórios no mundo inteiro, entre os quais o nosso Aquífero Guarani aqui. Então, nós temos que prestar mais atenção no monitoramento da água subterrânea, você ter poste de monitoramento, você verificar o que está acontecendo, porque com a crise hídrica se prolongando, você vai acabar buscando mais água subterrânea, e, aí, vai poder piorar as condições que hoje já não são boas. Prever o uso de indicadores na gestão de recursos hídricos, isso também é uma coisa que se costuma falar muito, mas na prática, nós quase não vemos o uso, então, está

sendo feita a proposta dessa inclusão, o uso de indicadores. Condicionar a outorga para lançamento e assinatura do termo de ajustamento de conduta com tratamento para o tratamento do esgoto e demais resíduos. A Lei permite que você faça uma outorga para diluição de efluentes, mas é óbvio que o melhor é que esses fluentes sejam tratados e cada vez melhor tratados para que eles não venham comprometer os recursos hídricos. Sabemos que os maiores problemas, hoje, que nós temos, são problemas qualitativos com relação a esgoto e efluentes industriais também, em menor grau, mais esgoto. Mas o que se propõe aí é prever que seja assinado um termo de ajustamento aonde seja feito um cronograma e com a obtenção de condições de tratamento cada vez melhores para evitar o lançamento de efluentes muito fora dos padrões. Incluir as PCHs entre os empreendimentos sujeitos a outorga e cobrança, que as PCHs pela Lei lá do CFURGH, elas estão isentas de contribuir, então, houve essa proposta de que elas passassem também a contribuir. Associar o instrumento da outorga ao licenciamento ambiental, isso é uma coisa também clara, em geral é o que acontece no âmbito da União, dos estados, mas nem sempre, hoje em dia, nós temos outros instrumentos substituindo o licenciamento ambiental, como, por exemplo, a autorização ambiental, que ela é feita meramente de forma declaratória. Então, nesses casos, por exemplo, você tem às vezes um desvinculamento total do empreendimento com o que a comunidade que está ali perto anseia, e, etc. Então, é interessante que essa associação seja feita e com a previsão de condicionantes, que haja uma contrapartida pelo uso desse recurso hídrico. Inserir os elementos objetivos da cobrança, essa foi uma demanda até da CNI, que sejam inseridos esses elementos objetivos na cobrança, para não ficar muito do ponto de vista subjetivo, prever os reajustes dos valores cobrados para recompor as perdas anuais pela inflação, é uma coisa que podemos tentar, não sabemos se vai dar certo isso, porque, muitas vezes, nas comissões lá de finança e tributação, isso é barrado, às vezes passa e às vezes não, você prevê que haja um reajuste, se possível anual, desses valores, para não ter que ficar aquela briga de ficar dez anos, quinze anos sem que haja o reajuste, e, com isso, o valor, os valores recolhidos são muito aquém do que os necessários para as ações de recuperação da bacia. Aumentar o percentual dos valores arrecadados com a cobrança do pagamento de despesas de implantação do custeio dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH, de 7,5 para 15%, isso foi uma reivindicação de vários dos palestrantes que foram lá, que esses comitês que já estão a alguns anos cobrando e arrecadando, investindo na bacia, eles têm dito que 7,5% realmente está muito pouco, que não está dando para manter as agências de água, então, a proposta é que se eleve de 7,5 para 15%. Próxima. Tornar expressa a natureza jurídica condominial dos recursos originários, nós sabemos isso, na prática é como um condômino, mas isso não está expresso na Lei, então, isso talvez já seja uma questão passada, mas em alguns casos, você ainda pode ter esse tipo de problema. Então, se estabelecer na Lei que os recursos têm natureza jurídica condominial, eu acho que facilitaria bastante a sua aplicação, e, inclusive a disponibilização aos usuários, que é uma coisa que também não está prevista, mas que poderia ocorrer no corpo da Lei. Aqueles usuários que são os pagadores, na verdade são os que investem os recursos para medidas de

2110 melhoraria da bacia, eles poderiam ter para si, disponibilizados parte dos recursos,
2111 desde que aprovados pelo Conselho, naturalmente, e para que eles possam
2112 investir em tecnologias para melhorar o gerenciamento dos recursos hídricos.
2113 Prever avaliação periódica das decisões da atuação do CBH das agências de
2114 água efetiva melhoraria dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, é uma coisa
2115 que também não está prevista, mas quando você tem uma agência que assume
2116 uma bacia é natural que ela de, não sei, cinco em cinco anos, de dez em dez
2117 anos, ela seja avaliada por aquelas ações que ela tomou naquele período e se
2118 aquilo resultou realmente em melhoria da qualidade e quantidade da água, e, isso,
2119 pelo menos ao que eu saiba, não é feito ainda de forma sistemática. Então, a
2120 previsão é que se insira isso na Lei. Dar outras atribuições ao CNRH, estão lá
2121 discriminadas, parece que três ou quatro novas atribuições ao CNRH, tais como
2122 acompanhar a aplicação dos recursos nas bacias e etc., e o Plano Nacional de
2123 Segurança Hídrica, e mais uma ou duas que eu não lembro aqui agora. Submeter
2124 aos CBHs as alterações de vazões, de transposição e de reservatórios
2125 regularizadores, isso é óbvio, é polêmico, bastante polêmico, inclusive depois do
2126 caso da transposição do São Francisco, mas a opinião é que os comitês têm que
2127 dar a sua opinião sobre isso, têm que opinar sobre isso, eles não podem
2128 simplesmente ficar ao vedril das decisões da ANA, do operador nacional do
2129 sistema, que algumas, logicamente, quando necessita que seja rapidamente não
2130 vai ter tempo do comitê opinar, mas, pelo menos, referendar ou não numa reunião
2131 seguinte, mas o ideal é que os comitês possam se posicionar quanto a esses
2132 aspectos de alterações de vazão. E fixar em 30% o limite máximo para
2133 participação de representantes dos usuários no CBHs, isso também, eu sei que é
2134 um tema polêmico, o Perci, se estiver por aqui vai me jogar quinze pedras aqui,
2135 mas ele não concordou de jeito de nenhum com isso, mas, na verdade, o que
2136 ocorreu é que alguns membros de comitês nos reclamaram que o fato de os
2137 usuários constituírem 40% das vagas nos comitês, e, juntamente com os
2138 municípios com quem muitas vezes eles fazem alianças e tudo, não consegue,
2139 você não consegue estabelecer um valor melhor pelo metro cúbico de água.
2140 Então, houve essa proposta em que esse limite fosse baixado de 40 para 30%. O
2141 que eu queria falar com vocês é o seguinte, esses são os pontos principais, a
2142 Câmara dos Deputados gostaria que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos
2143 se manifestasse quanto a esses pontos, o que não impede que outros pontos
2144 eventualmente julgados necessários devido a discussões no âmbito do próprio
2145 Conselho ou no âmbito dos conselhos estaduais, ou no âmbito dos comitês de
2146 bacias, que essas propostas também sejam agregadas a essa, porque como é a
2147 tramitação nisso na Câmara dos Deputados? Geralmente quando vem um Projeto
2148 de Lei é designado um relator e esse relator, quando o tema é muito vasto feito
2149 esse, por exemplo, geralmente ele propõe um substitutivo, onde ele acata
2150 algumas das propostas, propõe outras e etc. Então, isso não é, de forma alguma,
2151 fechado, não é uma proposta fechada, é uma proposta aberta, está sujeita a
2152 outras sugestões, recomendações, o que for, não sei como viria, se viria na forma
2153 de uma moção ou alguma coisa parecida, mas de qualquer forma, é sobre esses
2154 aspectos a Câmara gostaria que o CNRH pudesse se manifestar dizendo sim ou
2155 não e eventualmente propondo outras, o ideal seria que isso viesse antes do

término da tramitação na Câmara dos Deputados, porque eu não sei o que vai correr mais rápido, simultaneamente isso vai ser discutido aqui e ao mesmo tempo vai tramitar lá na Câmara. Mas, o ideal é que se aqui conseguisse terminar primeiro, nós já levássemos para lá, para o relator, e falar: Olha, relator, o CNRH se reuniu e ele acatou tais e tais propostas e não acatou essa aqui, ele acha que não é... Então, fica muito mais forte, referenda a posição do relator. Então, basicamente é isso que eu gostaria, não sei se tem mais alguma coisa para frente, tem ali o meu e-mail, qualquer coisa vocês podem me passar um e-mail, qualquer sugestão, etc., e, ficamos aqui à disposição de vocês para algumas dúvidas e esclarecimento. Obrigado.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Queria agradecer ao Dr. Maurício Moratto, pela palestra bastante interessante. Vou abrir para discussão, Paim já se inscreveu. Acho apenas que esse elenco vasto de proposições que estão aí colocadas, não dá para discutirmos isso tudo aqui hoje, além do que nós temos uma mudança de comitê, novos conselheiros tomam posse, eu acho que esse assunto começará mesmo a ser trabalhado aqui dentro na próxima reunião, em todo caso a palavra, o debate, os esclarecimentos, se vocês quiserem ouvir o Dr. Maurício, e mesmo os comentários que quiserem fazer, nós vamos estar aqui ouvindo. Portanto, o primeiro inscrito é o conselheiro Paim, e ele tem a palavra.

O SR. PAULO RENATO PAIM (ABES) – Obrigado, Ney. Antes de falar sobre esse assunto, resgatar meio segundo aqui sobre a história do Ministério Público que foi falado hoje de manhã, deixar registrado que em nenhum momento houve nenhuma crítica minha a ação do Ministério Público, ao contrário, a crítica era a nós mesmos, aqui gostam muito, ou por ansiedade ou por angústia, de transformar logo o debate técnico em alguma regra jurídica, e, aí, cai no Ministério Público, sobre esse assunto, muito obrigado deputado pela apresentação, eu acho que em algum lugar eu li que é preciso criar um grupo de trabalho dentro desse Conselho para tratar desse, eu faço questão absoluta de deixar essa demanda registrada. Por questões óbvias sugerir a nossa categoria, Organizações Techno-Científica e a BRH pela tradição, pela história da BRH, eu sou das artes. Mas que possa coordenar e puxar essa nossa discussão. Segundo, só discordar, deputado, dos pontuais, de pontual não tem nada, muito antes, pelo contrário, de pontual não tem nada. Têm tópicos que foram sugeridos que são absolutamente de fundo. Então, na verdade, o que nós podemos fazer é o que nós já devíamos ter feito mesmo, agora, provocados ou não pela área política, este Conselho tomasse a responsabilidade de discutir com seriedade uma chacoalhada na 9433, que realmente está precisando. Agora, de que esse projeto são aspectos irrelevantes ou simples de discutir, isso não é mesmo. Obrigado, presidente.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado, conselheiro Paim. Agora, a palavra é para a conselheira Maria Aparecida Vargas.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Energisa Geração Rio Grande) – Boa tarde a todos. Maurício, prazer ter você aqui, tive o prazer de ser uma das palestrantes nesse ciclo de palestras representando o CEIVAP. Acho muito importante a criação do GT, mas eu tenho uma pergunta, estou sentido muita falta da Marta Sugai, que sabe o Regimento Interno de trás para frente, de frente para trás, a vinculação desse GT, eu queria saber se há possibilidade dele ficar vinculado diretamente à Secretaria Executiva, e não a uma câmara em específico, porque, senão, nós corremos o risco de ter que passar por várias câmaras, por diversos assuntos que estão aí propostos, ele tem que ser vinculado? Tem o Júlio aqui também que conhece o Regimento. A minha preocupação é depois ter a exigência de passar por outras câmaras por causa dos assuntos. Então, também sou pela apresentação, mas eu queria, eu tenho uma segunda preocupação, o nosso tempo aqui é um, e o tempo da Câmara é outro, eu queria saber se seria respeitado ou se poderíamos ter esse tempo nosso de discussão, antes que um PL desse chegasse a Lei sem que tivesse as nossas contribuições, de que forma nós podemos ter esse compromisso, não sei se participando diretamente junto as comissões, mas como sabemos que tudo aqui não anda de uma forma tão célere, a minha preocupação é que antes que nós terminemos a discussão, esse PL já vire lei. Então, eu queria saber de que forma conseguimos vincular uma coisa à outra. Obrigado.

O SR. MAURICIO MORATTO (Cedes) – Obrigado, Aparecida. Deixa-me responder primeiro ao Paim. Na verdade é o seguinte, não está sendo mudada a espinha dorsal da Lei, a espinha dorsal, como eu falei com vocês, dependesse de alguns deputados talvez fôssemos mudar muito mais, o que seria uma insanidade em minha opinião, tem coisas que eu acho que são coisas pontuais, são coisas polêmicas, aí, eu concordo com o senhor, tem algumas coisas polêmica sim, mas acho que a estrutura básica da Lei não está sendo mudada. Todos aqueles princípios do primeiro, segundo, terceiro instrumentos não estão sendo mudados, você acrescentar a educação ambiental como mais um instrumento não muda grande coisa, ele dá um reforço a um instrumento, que é muito importante do ponto de vista ambiental e deveria ser também do ponto de vista de recursos hídricos, e eu creio que está sendo, haja vista que maior parte da população nem sabe que existe o Comitê de Bacia Hidrográfica, nem sabe que ele pode participar daquele Comitê. Então, em minha opinião, a estrutura não está sendo mudada, agora, que tem pontos polêmicos, reconheço, tanto que está sendo mandado para cá, para que vocês também discutam conosco esses pontos polêmicos, porque, acho que vocês têm muito mais condições do que nós lá, de saber se as modificações propostas são boas ou não, isso, vocês podem chegar à conclusão que não são boas, então, deixa do jeito que está e pronto. Ok? Agora, Aparecida, questão do GT já foi esclarecida, tempo de tramitação é uma incógnita, porque vai

2247 depender de quê? Por quantas comissões vai tramitar? Quem vai ser o relator
2248 designado? Porque têm alguns relatores, o que eles fazem? Eles chamam, a casa
2249 tem muito esse costume de chamar os setores da sociedade para vir discutir,
2250 então, dependendo do relator, ele pode simplesmente: Não, nós vamos fazer aqui
2251 um ciclo de estudos, um seminário, e, aí, sim, talvez até nós consigamos, vamos
2252 dizer assim, unificar os procedimentos aqui e lá, mas pode cair na mão de um
2253 relator, ser designado e ele simplesmente: Não, minha assessoria acha que está
2254 bom, vamos tocar para frente. Pode acontecer, e vai depender de por quantas
2255 comissões vai tramitar, sabemos que Meio Ambiente, obviamente que vai, mas
2256 será que vai também para Minas e Energia? Não sei. Será que vai também para
2257 Agricultura? Não sei. Certamente CFT, CCJ, também vai porque é obrigatório.
2258 Então, a princípio, ainda não dá para saber qual vai ser esse ritmo de tramitação,
2259 tem projetos lá que ficam 20 anos, mas em geral, qual a nossa experiência?
2260 Quando é algo de interesse do Poder Executivo, que vem um Projeto de Lei do
2261 Poder Executivo, mesmo assim leva um ano, um ano e pouco, mesmo assim.
2262 Então esse, como não é de interesse direto do Executivo, que está sendo
2263 proposto pelo Legislativo, então não é provável que dure mais tempo, mas
2264 depende de todos esses aspectos.

2265
2266
2267 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) –** Obrigado. Agora,
2268 vamos ouvir o conselheiro João Clímaco.

2269
2270
2271 **O SR. JOÃO SOARES DE MENDONÇA CLÍMACO (Organizações não**
2272 **Governamentais) –** Queria saudar o Dr. Moratto, o Maurício foi sempre uma
2273 pessoa cordata nas nossas caminhadas na Câmara e o Paulo, cumprimentá-los
2274 pelo esforço, eu, de certa forma, acompanhei esse trabalho e acompanhei um
2275 pouco, vocês devem ter notado, um pouco desiludido, como se fosse um jovem
2276 que estava fora da família, porque a família não estava dando uma verdadeira
2277 atenção para os seus pleitos ansiosos da rebeldia juvenil, aí, ele sai procurando,
2278 têm uns até que caem na droga, essas coisas. Mas, aí, fui parar lá na Câmara, e
2279 foi ótimo, porque encontrei com Paulo, encontrei com Maurício, e foi ótimo porque
2280 eu vi que o resultado dessas perambulâncias foi muito positivo, eu acho até, com
2281 todo respeito que eu tenho ao Ney, que você também devia ser indicado para
2282 diretor da ANA ou até fazer o concurso na ANA, porque houve muita receptividade
2283 e está tendo receptividade na Câmara para questões prementes, que infelizmente,
2284 não estão sendo muito sentidas nesse Conselho, e, eu já falei isso e falo, e acho
2285 que a sua visita e esse corolário de informações que você traz com essas
2286 propostas, é um puxão de orelha em nós, eu posso falar isso, eu sei que você não
2287 pode, mas eu posso falar, e é um puxão de orelha que merece nós refletirmos,
2288 não vejo condições, pelo menos hoje, de nós conseguirmos alterar a Lei 9433 a
2289 partir das pessoas que são a causa da sua insuficiência, que é aqui mesmo, o
2290 Conselho. Então, nós vamos correr o risco de fazer uma coisa que pode até
2291 atrapalhar, porque, agora, o raciocínio que eu tenho é inverso, quando eu entrei
2292 aqui todos falavam que tinha que ter cuidado com o retrocesso no Congresso

2293 Nacional, hoje, exatamente é ao contrário, eu ando lá no Congresso tentando
2294 evitar o retrocesso da Política de Recursos Hídricos, porque é melhor tratar com
2295 agentes políticos que você sabe com quem está falando, do que uma coisa que
2296 não sabemos onde é que está se querendo chegar, porque aqui, nós não temos
2297 chegado muito, muitas das coisas que estão sendo propostas aí, eu já falei aqui
2298 há um bocado de tempo, e acho que tem um grande gargalo, tem um grande
2299 problema que não foi bem assinalado nessas propostas todas que está colocando
2300 aí, é que o princípio fundamental da centralização e da representatividade, talvez
2301 porque também é uma das principais causas da não rapidez no processo de
2302 implantação da política de recursos de maneira eficiente, ele é um problema
2303 estrutural, o Estado discricionário absoluto não funciona com a política de recursos
2304 hídricos, com a água, mas também a forma de descentralização e de
2305 representação que está colocada, gerou uma série de equívocos que também
2306 estão impedindo ela de andar, então, é o caso do patrimonialismo, do
2307 corporativismo. Então, eu tenho certa dúvida que o GT daqui vai avançar, mas eu
2308 estou com fé na Câmara, eu vou continuar andando na Câmara, talvez lá eu sou
2309 muito bem recebido e fico muito feliz que você tenha chegado aqui e tenha
2310 conseguido até colocar algumas das questões que eu tinha levantado nessa
2311 síntese. Então, eu queria parabenizar e dizer que a questão da representatividade
2312 e representação não foi bem, pelo menos não está aparecendo no livro, muito
2313 embora eu tenha escrito algumas coisas e tive dificuldade de agenda, de atender
2314 o pleito de vocês para a nossa representação participar desse processo. Mas, de
2315 qualquer maneira, eu desejo que o Paulo e o Moratto, e toda a equipe da Câmara,
2316 consiga fazer muito mais do que, e consiga nos levar, aqui do Conselho, a fazer.
2317 Teve um exemplo muito claro, quando estava se criando a Lei de Barragens,
2318 Segurança Hídrica, Segurança de Barragem, apareceu um técnico lá do
2319 Legislativo aqui, no maior entusiasmo aqui, e, ele falando, falando, falando, e, eu
2320 disse para ele, é melhor você voltar e tocar essa Lei lá, porque daqui não vai, com
2321 todo respeito que eu tenho a esse Conselho, eu estava sentindo que aqui íamos
2322 atrapalhar mais do que andar, eu acho que ele entendeu, porque parece que
2323 rapidinho a Lei saiu, mas a Lei de Segurança de Barragens saiu, porque é muito
2324 difícil as coisas aqui, a forma de representatividade cria entraves, que as pessoas
2325 começam, quer dizer, de cuidar, de se proteger, do que ser proativo para construir,
2326 então, fica um colegiado de proteção de seus interesses, que não se consegue se
2327 transformar em políticas de convergências, então, a produtividade fica muito ruim,
2328 muito pequenos, e nós não avançamos. Então, eu preciso reiterar aqui que
2329 considere na questão da Lei, nós precisamos cuidar da questão dessa forma de
2330 representatividade, não funciona mais, e, a nossa disposição de ajudar tanto aqui,
2331 como na Câmara, para que esse Conselho, se for criado o GT, secretário Ney, eu
2332 penso, pelo Regimento, o próprio Conselho pode criar um GT diretamente, sem
2333 precisar ir para a Câmara Técnica, não sei se essa dúvida. Mas eu penso que
2334 merecia um GT específico ligado a plenária só para isso, porque se nós dormimos,
2335 o povo vai para a Câmara e bota a coisa para funcionar. Obrigado.
2336
2337

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado, João Clímaco. Agora, temos inscrito o Dr. Marlei.

O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (CERH/MG) – Boa tarde, Maurício. São muitas propostas, e, nós, com certeza, vamos ter um esclarecimento à medida que pudermos ler o próprio Projeto de Lei, mas eu estou com três dúvidas que não estou aguentando esperar, queria fazer a pergunta agora, são três perguntas. A primeira com relação ao reuso, que espécie de incentivo que vocês estão pensando em conferir a essa modalidade, se seria incentivo econômico, enfim, o que vocês pensaram? Porque é um tema realmente muito importante, e que nós temos discutido muito lá em Minas, eu acho que nós temos que fomentar essa prática. A segunda, com relação à regulação das condições de entrega das águas de afluentes para rios principais em termos de vazão e qualidades, eu queria que você explicasse um pouco melhor esse item, porque quando fala em afluentes, pode ser afluente de rios de domínio da União, mas também de rio de domínio do Estado, então, queria entender o que vocês estão pensando quando fala aqui de afluentes, se atinge os afluentes estaduais? E a última, deixa-me achar aqui, não, agora é a Resolução. A proposta de associar o instrumento da outorga ao licenciamento ambiental do empreendimento com a previsão de condicionantes, é o seguinte, esse assunto, ele foi tratado lá em Minas Gerais a partir de 2001, 2002, lá no âmbito de antigo PNMA 2, objetivando uma integração dos procedimentos de licenciamento ambiental com os demais procedimentos, inclusive da outorga. Então, buscou-se uma integração, mas chegou-se a um ponto, a seguinte situação, foram criados basicamente duas modalidades de outorga, são nomes muito engraçados, uma que é uma outorga isolada, ou seja, aquele pedido não depende de outras autorizações, que o pessoal chama de outorga solteira, e a outorga que depende do licenciamento, o pessoal apelidou de outorgas casadas, tem gente até reclamando onde estão as outorgas divorciadas, mas, enfim, esse processo de integração que se buscou, na, verdade, chegou a um processo de vinculação e que travou o sistema ambiental lá no Estado. Hoje, nós, temos lá cerca de, quer dizer, até 2009, mais ou menos, uma outorga levava um prazo de 45 dias para se ter uma resposta, ou sim, ou não, hoje, nós temos cerca de 3800 processos de outorga parados aguardando uma definição, em parte uma das causas foi essa vinculação que aconteceu com os demais processos de autorização legal. Então, eu queria também entender um pouco o que vocês estão pensando nessa integração para que não se cometa os mesmos erros que foram cometidos lá em Minas, que estamos tendo que trabalhar para resolver agora.

O SR. MAURICIO MORATTO (Cedes) – Como falei no início, essa Lei das Águas é uma Lei muito conceitual, então, algumas das propostas que estão constando aí, são propostas também apenas conceituais, e, parece que você escolheu a dedo quais são essas propostas. Então, no caso do reuso, por exemplo, é simplesmente inserir um inciso estimulando o reuso, mas não tem nada de concreto, mesmo porque nós entendemos que essa questão do reuso, ela tem

que ser conduzida mais na área, na Lei de Saneamento, não aqui, mas aqui também, nós achamos que deveria ter essa previsão, e não tem, se for ver, na Lei inteira não tem, embora, já tenha uma resolução do CNRH tratando de reuso direto de água não potável, não é isso? Não potável. Então, da mesma forma condições de entrega também, é uma coisa conceitual, porque é impossível você numa Lei conceitual dessa, você estabelecer como vai ser, isso é julgado para a regulamentação, é julgado para as resoluções, mas também é uma coisa que não constava na Lei. Então, daí a proposta de inserir isso. E, com relação às outorgas, eu mesmo, não sabia que existia esses dois tipos de outorgas, isolada e casada, solteira e casada em Minas, eu sou de Minas, deveria saber, mas eu não sabia. Exatamente, sai de lá já tem uns quinze anos, mas de qualquer forma, é com toda humildade que vimos aqui exatamente expor para vocês que talvez algumas das propostas previstas, elas não sejam viáveis pela experiência que os órgãos do Estado estão tendo e já têm há muitos anos, mesmo antes do advento dessa Lei, que sabemos no caso de São Paulo, por exemplo, a Lei paulista é anterior ainda a essa Lei das Águas. Então, estão aí as propostas, nós queremos que seja discutido, se não for possível, que seja justificado, isso não é possível por causa disso e daquilo. Agora, eu acho que é um ponto importante, porque hoje em dia, a tendência é você agregar todos, vamos dizer, o balcão ambiental ser agregado, ao mesmo tempo em que estamos aqui discutindo recursos hídricos, lá na Câmara está sendo discutido finalmente, parece que agora vai para frente, o projeto de licenciamento ambiental, que já está desde a época da Constituição de 88, que tem uma previsão e esse PL nunca foi para frente, e, agora, parece que a coisa vai, que é exatamente botar tudo no mesmo balcão, a questão da intervenção, da interferência, da interveniência da FUNAI, do IPHAM, da Fundação Palmares, e, etc.. Então, da mesma forma aqui, deveria haver alguma forma de ter uma integração da outorga com o licenciamento, agora, não sei quais são essas condições específicas que o senhor mencionou de licença isolada, quer dizer, não é dentro de um processo de licenciamento, é fora do processo de licenciamento, então, é uma coisa meio, teríamos que ver como seria isso. Mas, de qualquer jeito, a proposta está e o objetivo é que ela seja discutida. Você desculpe-me não te responder mais precisamente, mas são questões mesmo conceituais, que não tem como você entrar em tanto detalhe ao nível de Lei. Ok?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. MAURICIO MORATTO (Cedes) – Pois é, já citei essa também.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – As minhas inscrições aqui acabaram, alguém mais quer fazer uso da palavra? Algum esclarecimento mais? Algum comentário? Por favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. MAURICIO MORATTO (Cedes) – Exatamente, essa questão, preferimos não incluir aqui, exatamente porque tem esse Projeto de Lei tramitando lá, e, aí, nós achamos que ia confundir muito, mas nada impede que ele seja incorporado aqui. A discussão desse aspecto aí seja incorporada aqui também. Como eu te falei, no início, fizemos um levantamento dos PLs que estavam tramitando, então, se já tinha alguma coisa em discussão, nós preferimos não incorporar aqui, ou então alguma coisa que não fosse da Lei especificamente, mas de regulamento. Aí, achamos que a competência da Câmara não estaria representada nesse caso. Ok? Eu gostaria de esclarecer também que todas essas propostas que eu falei aqui rapidamente, todas elas têm uma justificativa lá nesse volume aí, nós fizemos questão de cada uma delas ter a sua justificativa exatamente para embasar porque estava sendo proposta. Então, lá vocês vão ter uma explicação um pouco mais detalhada do que a que eu dei aqui.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Alguém mais quer fazer o uso da palavra? Eu imagino, Maurício, que com a distribuição do documento produzido pelo CESDE, com a incorporação dos novos, com a posse dos novos conselheiros, com toda a continuidade do processo de gestão de recursos hídricos aqui no âmbito do Conselho, nós vamos encontrar a formulação que teremos que fazer para abrigar o maior número de conselheiros, para conseguir a melhor representatividade e seguir o Regimento Interno do nosso Conselho. Mas esse é um assunto que temos que acompanhar, temos que nos manifestar, eu diria que você ali, tem para todos os gostos e todos os desgostos. Então, cada um vai ver coisas positivas, cada um vai ver coisas negativas, e vamos ter que fazer um belo de um debate aqui dentro para, pelo menos, encaminhar algumas sugestões. De qualquer modo, você, agora, já é conhecido, você poderá voltar aqui outras vezes, acho até que valia a pena voltar quando o mecanismo que formos usar tiver estabelecido, acho que você poderia voltar para fazer uma rodada de discussões e esclarecimento a partir do que nós já começássemos a levantar. De qualquer modo, agradeço muito a você e ao Dr. Paulo, não sei se o Dr. Paulo quer fazer o uso da palavra, então, eu dou a palavra a você para fazer os seus comentários finais.

O SR. MAURICIO MORATTO (Cedes) – Eu acho que o objetivo principal disso, desse Projeto de Lei foi exatamente estimular a discussão, como falei, não tem nada fechado, e o que nós pudemos fazer lá no âmbito da Câmara dos Deputados para tornar o mais democrático possível essa discussão, nós vamos fazer, não tenham dúvida, designado o relator, caso ele venha a solicitar o assessoramento da consultoria, que nem todos solicitam, mas a maioria sim, se vierem a solicitar, eu, se for designado para assessorar, vou fazer todo o possível para tentarmos encadear essas discussões, quer dizer, ao mesmo tempo em que

estiver sendo discutido aqui, discutir lá também, quem sabe fazermos uma tarde, um seminário, um dia, uma audiência pública, alguma coisa ou mais, para discutir aspectos específicos, principalmente aqueles mais polêmicos, eu sei que o Conselho aqui é muito diverso, ele têm as mais variadas cabeças, mais variados interesses, e isso é natural, isso é da democracia, e é bom que seja assim, exatamente. Então, eu sei que é difícil, aqui também, tomar uma decisão, eu imagino lá, que nós, com um grupo de quatro, cinco pessoas já foi difícil chegar nessas propostas, quanto mais um Conselho dessa magnitude, sabemos que não é fácil, mas acho que o importante é isso, é discutir, botar em discussão, e as propostas, se forem viáveis, nós tentemos levá-las adiante. Vocês têm o meu e-mail também, qualquer coisa, qualquer sugestão, qualquer outra recomendação, alguma coisa assim, vocês podem me passar um e-mail, e, nós vamos mantendo contato ao longo das discussões aqui e lá. Ok? E sempre as ordens para estar aqui quando vocês julgarem necessário.

O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH) – Maurício, muito obrigado. Espero que esteja conosco outras vezes. Nós cumprimos a nossa pauta, e, resta agora fazer o encerramento da nossa sessão, não poderia fechar essa sessão sem mencionar que o nosso Roberto está se despedindo de nós, durante anos, ele acompanhou esse Conselho brilhantemente assessorando, eu, por exemplo, tenho uma dependência muito grande da ajuda que ele pressa, do jeito com que ele abre os trabalhos, com que ele verifica quórum, ou seja, vai ser uma grande perda para todos nós, mas ele teve uma série de problemas de saúde ao longo de ano que passou, teve que fazer cirurgias, eu acho que todos estão a par disso, e, ele resolveu que era melhor parar um pouco, disse ele que se precisarmos, porque só para vir para a reunião, ele vem, mas eu não poderia deixar de registrar em ata a importante contribuição que ele deu nesse tempo todo, passando por vários secretários de Recursos Hídricos que aqui estiveram, sempre eficiente, sempre atencioso e sempre cuidado de todos os detalhes, eu acho que ele não está aqui. Ele está ali. Então, vem cá. (*Palmas!*). Eu não quero matá-lo do coração, mas eu não podia deixar de fazer esse registro e dizer que você pode vir sim nos dias de reunião do Conselho. Então, usa um pouquinho a palavra, conversa com as pessoas um pouco na sua despedida.

O SR. ROBERTO MONTEIRO (SRH/MMA) – Foi uma honra para mim ter convivido com vocês em todas essas reuniões, já desde o início, muitos anos trabalhando com vocês e foi possível construir toda uma estrutura de gestão de recursos hídricos, que muito me orgulha pela contribuição que eu pude dar e que pude participar, foi uma honra e muito obrigado a todos, e, vamos, agora, aproveitar um pouco, tentar viajar, tentar descansar, porque na última reunião do dia 16 de dezembro, vocês estavam discutindo aqui e eu estava de peito aberto com o coração na mão de um médico fazendo ponte de safena e ponte mamária, e já estava infartado sem saber por conta da diabetes. Então, você vai reunindo isso tudo e chega à conclusão numa reflexão mais detida de que está na hora,

2522 vamos deixar para os mais novos, um monte de analistas ambientais entrando nos
2523 novos concursos, e, nós estamos lá recolhido, qualquer coisa que precisar é só
2524 ligar, nós damos as informações que porventura ainda disponha, e, isso mais em
2525 termos históricos do que mais as novidades, porque o pessoal está muito mais
2526 preparado do que nós agora, para tocar a frente esse trabalho que eu reputo, um
2527 dos mais importantes que têm para o País, tanto a área de recursos hídricos,
2528 como a área de meio ambiente. Muito obrigado a todos. Foi um prazer. (*Palmas!*).

2529

2530

2531 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário-Executivo do CNRH)** – É como o Roberto
2532 disse, ele pode se orgulhar, poucas pessoas podem ter essa história de ter
2533 começado esse Conselho, chegado até aqui aonde nós chegamos, pode levar
2534 para casa, para os netos, vai ser um exemplo de vida para toda a sua família e
2535 para todos nós. Desejo a vocês muitas felicidades e quando tiver reunião do
2536 Conselho, eu mando um recadinho para você. Um abraço. Então, meus caros
2537 conselheiros dou por encerrado os nossos trabalhos, peço que vocês entreguem
2538 os cartões de votação na recepção, e declaro encerrada essa nossa 33ª Reunião
2539 Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Muito obrigado.